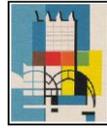




ATA N.º 3/2013

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de dois mil e treze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – para conhecimento.**
- 3. PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012. INFORMAÇÃO Nº. 11/DGF/2013;**
- 4. ACORDO TRANSAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE CHAVES E RESINORTE – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SA. PROPOSTA N 37/GAPV/2013;**
- 5. TERCEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS “ INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº78/SIS Nº05/2013;**
- 6. CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE AGRO-INDUSTRIAL DE PRODUÇÃO DE COGUMELOS E PEQUENOS FRUTOS, SOBRE O PRÉDIO URBANO SITO EM VALE DE SALGUEIRO E CAMPO QUEIMADO, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES, DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O Nº 4314/20130109, INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL RESPECTIVA SOB O ARTIGO P3211. ALTERAÇÕES SUBSTANCIAIS À PROPOSTA Nº. 12/GAPV/2013
SUPERFICIÁRIO: G.F.W. – GRONINGA FRESH WORLD, SA. PROPOSTA Nº. 39GAPV/13;**
- 7. PLANO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº. 90/DDSTC/2013;**
- 8. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2013/2014. CONCURSO PÚBLICO Nº. 2/SC/2013;**
- 9. FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL CONTINENTAL, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTº 259º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, CELEBRADO ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E AS ENTIDADES FORNECEDORAS SELECIONADAS;**
- 10. DISPONIBILIZAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO INDISPENSÁVEIS À CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA VIÁRIA PRIMÁRIA DO PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE. – EIXO 2 – (ENTRE A ROTUNDA 6 E A ROTUNDA 4). -----
- EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA “RODOVIA DE ACESSO PRIORITÁRIO A24/HOSPITAL – LANÇO 3”, NAS FREGUESIAS DE SANTA MARIA MAIOR E SANTA CRUZ/TRINDADE, CONCELHO DE CHAVES. EXTINÇÃO PARCIAL DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO. PARCELA Nº 9PP.
-RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE REQUERER A UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 10º DO C.E. PROPOSTA Nº. 40/GAPV/13;**



11. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS E RESPECTIVA TABELA DE TAXAS EM VIGOR NO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA Nº. 36/GAPV/13;

12. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES – indicação de representante.

Depois de verificado o quórum contaram-se as seguintes faltas:

Maria da Graça Rodrigues Silva

Susana Isabel Santos Ramos

Rui Jorge Lousada Alves

Ricardo Alexandre Fontes Correia

Romeu Alves Pires Medeiros Gomes

Antenor dos Anjos

Paulo Alexandre Gomes da Cunha

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Ana Maria Guedes Chaves Fernandes

Adélia Marinha dos Santos Morais

Maria Manuela Tender

Marco Nuno O. Silva

Francisco António Pinto de Barros

Nuno Vaz Ribeiro

Maria Aline Silva Ferreira Caetano

José António Trindade Mendes

A ata número seis, referente à sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados. O Senhor deputado Anselmo Martins do PS disse que depois de ler a ata quis rever a intervenção do Senhor Vereador António Cabeleira mas verificou que a mesma não consta. “Dado que o Senhor Presidente da Mesa autorizou e o Senhor Presidente da Câmara tacitamente também o fez, desconheço a razão por que não consta da ata”. A Senhora deputada Brigite Raquel Bazenga do PS fez o seguinte reparo. Na sua intervenção da página 24 onde se lê «ficaram», deve ler-se «ficarão»

Posta à votação foi aprovada por maioria, com 3 abstenção; 2 por ausência na última sessão e uma do Senhor deputado Francisco Chaves de Melo alegando que não ficou escrito na ata tudo o que foi dito.

Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA – deu conhecimento da entrada de uma “Moção” subscrita pelo Grupo Municipal da CDU relacionada com a Proposta de alteração da Lei das Finanças Locais que foi aceite, foi lida pelo Senhor deputado Manuel Cunha e se transcreve:

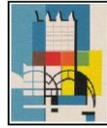
“MOÇÃO

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS.

- **Considerando que a Constituição da República Portuguesa diz que “o regime das Finanças Locais visará a justa repartição dos recursos públicos, pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correção das desigualdades”, o que ficou registado na primeira Lei das Finanças Locais – Lei 1/79, que**



- correspondeu a um importante progresso na autonomia financeira das autarquias, seja quanto ao montante global da receita, seja no estabelecimento de critérios objetivos da sua distribuição pelos municípios, e na simplificação do processo de transferência, seja da proibição da existência de quaisquer formas de subsídio ou comparticipação, combatendo a distribuição discricionária e só para alguns;
- Considerando que, no entanto, o pendor centralista dos sucessivos governos e a sua resistência ao cumprimento da autonomia financeira das autarquias, conduziu a três décadas de conflito e de sucessivos incumprimentos, que só foi travado com a luta persistente das autarquias, através das Lei 1/87 e 48/98, respetivamente, situação novamente agravada com a Lei 2/2007, que ainda está em vigor, e que constitui um rude golpe contra a autonomia financeira das autarquias locais;
 - Considerando que esta evolução negativa do regime das Finanças Locais, com o conjunto de constrangimentos que a acompanha, é o resultado das opções neoliberais e das principais conceções que as dominam: redução do papel do Estado, desinvestimento público, alienação de funções e serviços públicos, oneração crescente sobre as populações;
 - Considerando que, desde 2010, se entrou numa nova fase de total arbitrariedade e violação do regime de finanças locais, usando como pretextos a “redução de défice” e o dito “memorando de entendimento” entre as troikas nacional e estrangeira, o que conduziu a novas reduções nas transferências para as autarquias locais (em 2010 foram reduzidas, a meio do ano, 100 milhões de euros nas verbas inscritas no Orçamento de Estado para esse ano; em 2011, 245 milhões de euros - menos 227 milhões de euros para os municípios e menos 18 milhões para as freguesias; em 2012 e 2013 novas reduções correspondentes a 0,1% do PIB, o que fará com que, em 2013 haja menos 480 milhões de euros inscritos no OE relativamente a 2010);
 - Considerando que já está agendada na Assembleia da República uma nova proposta para alterar a Lei das Finanças Locais, a qual pretende a total liquidação da autonomia financeira das autarquias locais que, por exemplo, em termos financeiros, a proposta reduz 25,3% para 18,5% a participação dos municípios na partilha de recursos públicos e de 2,5% para 2% a participação das freguesias; elimina o IMT enquanto receita de imposto devido aos municípios nas transações imobiliárias e cria um Fundo de Apoio (FAM) de resgate de municípios em falência que os outros municípios terão de pagar, desviando verbas que eram para todos;
 - No plano da autonomia – com diversas propostas, incluindo a possibilidade de serem estabelecidos, pela via da Lei do Orçamento de Estado, limites adicionais à dívida total autárquica, fixação de limites adicionais à assunção de atos que determinem encargos financeiros, novas reduções dos montantes que resultariam da aplicação da lei face a situações ditas excecionais, como o cumprimento das regras do Pacto de Estabilidade (PEC); novas restrições na área do financiamento municipal perante



terceiros e mais ingerências do Governo, incluindo na retenção das verbas do FEF.

- Considerando que uma nova lei de Finanças Locais com base nesta proposta agravaria ainda mais a situação do Município de Chaves, a Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 24 de Abril de 2013 delibera:
1. Pronunciar-se contra a nova Proposta da Lei das Finanças Locais recentemente apresentada na Assembleia da República, por ser um verdadeiro atentado à autonomia das autarquias locais;
 2. Apelar aos deputados de todos os Grupos Parlamentares que defendam o Poder Local Democrático e a autonomia financeira das autarquias, rejeitando esta proposta de lei quando for votada na Assembleia da República;
 3. Divulgar e denunciar publicamente o grave conteúdo desta proposta de lei e o perigo que representa para as autarquias locais, que ficariam com mais dificuldades de responder aos problemas das populações, sem os adequados meios financeiros.
 4. Enviar esta Moção ao senhor Presidente da República, à Presidente e aos Grupos Parlamentares na AR, ao Governo, à ANMP e ANAFRE e à Comunicação Social. Os eleitos da CDU. Os eleitos da CDU”.

Usou da palavra **O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** que depois de cumprimentar os presentes disse que os pressupostos desta “Moção” estão corretos e que, efetivamente, os Municípios desde 2010 têm vindo a receber menos verbas do Estado o que é visível nos Documentos de Prestação de Contas. Há uma nova lei para apreciação na Assembleia da República mas está marcada uma reunião pela Associação Nacional de Municípios para o próximo dia 3 de Maio em Santarém, onde estarão presentes os respetivos Presidentes de Câmara. Essa reunião tem o objetivo de reunir o consenso para elaborar uma Proposta final da Lei das Finanças Locais a apresentar à AR e foi marcada em função de haver nova ronda de negociações para o efeito.

Do meu ponto de vista esta Moção pode ser votada no pressuposto da lei ser aprovada no formato que agora tem, sem as possíveis alterações que certamente lhe serão introduzidas. Se assim não for, podemos estar a votar contra uma lei que na realidade não será apresentada desta forma, uma vez que ainda está em elaboração.

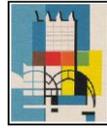
O Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha usou da palavra para dizer que a Moção em discussão, reflete o parecer desfavorável da ANMP à Proposta e ao processo que conduziu à mesma. Se for aprovada a que está para votação na AR a CDU é contra. Pede que seja apenas introduzida a frase «contra a atual Proposta».

Posta à votação esta “Moção” foi aprovada por maioria com uma abstenção. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

Neste período usaram da palavra os seguintes deputados:

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

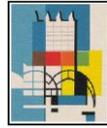
“A reunião da Assembleia Municipal de Chaves, sempre dotada da particular relevância de ser a reunião do Órgão máximo, na esfera da representatividade no domínio do Poder Local Democrático, hoje reveste-se de um cariz especial. Por um lado realiza-se, em função de calendário, no dia 24 de Abril de 2013, permitindo



lembrar que há 39 anos atrás, um conjunto de militares estava em vias de levar a efeito um golpe de estado que havia de ficar conhecido como a revolução dos cravos e que dentro dos seus principais objetivos pretendeu instaurar em Portugal um regime democrático assente por todos aqueles que participaram, através da Assembleia Constituinte, na elaboração da Constituição da República Portuguesa em valores de liberdade, igualdade e fraternidade. Olhando a esta distância percebemos bem da afirmação destes valores na promoção de uma sociedade mais culta, mais justa, mais igualitária e mais participativa.

Por outro lado esta é a Assembleia Municipal em que o atual Executivo autárquico presta contas em relação à sua atuação, nomeadamente relativamente ao exercício municipal do ano económico de 2012. Podendo parecer à partida que uma coisa não tem a ver com a outra, do nosso ponto de vista a relação entre ambas é próxima. Os valores defendidos e proclamados no “25 de Abril de 1974” têm vindo a ser postos em risco através de políticas que põem em causa o que de mais nobre tem por obrigação de ser defendido, em nome dos cidadãos; por aqueles em quem foi depositada confiança para reger os seus destinos. Os violentos ataques de que Portugal tem vindo a ser alvo, no domínio de áreas fundamentais como a educação, a saúde, a justiça, a coesão social e territorial, não podem ser ignorados até pela forma como as consequências desses ataques se espelham na qualidade de vida dos cidadãos e violentam a equidade no acesso dos cidadãos a serviços e apoios fundamentais para a garantia da igualdade de oportunidades.

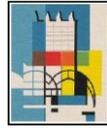
Sinto, como tenho a certeza que todos sentem, a forma como esta gestão política afasta as regiões mais fragilizadas da possibilidade de competirem em igualdade de circunstâncias com todas as outras regiões. Naturalmente Chaves tem-se ressentido desta voracidade das políticas centrais e da particular inércia dos atores políticos do executivo local. Os valores que temos como justos e que foram defendidos pelos atores da revolução de abril, tem que assentar no pilar fundamental da verdade, da disposição e capacidade para gerir servindo e não servindo-se. Acredito que a maior parte dos que aqui estamos, porque a maioria não somos políticos de carreira, entendemos aquilo que estou a expor e entendemos que a verdade não se apregoa, mas se pratica. Quem tenta justificar os seus fracassos, procurando descredibilizar quem, sob a forma de críticas sim, os trás è evidência e não percebe que com isso se descredibiliza a si próprio, não consegue entender também que há um mau serviço que está a prestar à democracia. Quem não tem capacidade para assumir os seus erros, procurando a partir deles extrair as lições conducentes à possibilidade de fazer melhor, não manifesta que tenha a verdadeira vontade de servir. Quem a nível local faz variar a sua atuação de acordo com o melhor ou pior servir quem está na gestão política central, não está a colocar o interesse dos cidadãos à frente de quaisquer outros interesses. Claro que estou a falar do executivo municipal autárquico de Chaves. É de Chaves que tem a obrigação do cuidar. Porque é que, apesar das diversas chamadas de atenção, apesar das diversas legitimações que até chegaram a ser postas em causa, por não deverem ser necessárias, continuamos a observar a absoluta inércia do nosso executivo em relação a questões que há cerca de dois anos atrás faziam crer ser absolutamente determinantes para os cidadãos flavienses. Porque não deve ser tomada qualquer atitude em relação à apregoada, já não digo



defendida, Unidade Local de Saúde; porque não deve ser tomada há já dois anos, qualquer atitude em relação aos serviços que têm vindo a ser perdidos ao nível do nosso hospital; porque não devemos tomar qualquer posição séria em relação ao futuro do nosso Tribunal; porque temos de ver autarcas vizinhos tomarem a defesa de uma questão que é nossa. Conquistarmos a sua solidariedade é ótimo, mas a liderança do processo exigia-se ao executivo de Chaves.

Em diversas áreas Chaves devia tomar a liderança e deixou-se ficar para trás porque este executivo não teve visão, não definiu uma estratégia, não se orientou por prioridades devidamente programadas, não promoveu a marca Chaves. Porque não estamos a liderar eventos que deveriam ser só nossos? Não vamos mais longe. A Feira do Folar anunciada localmente com pompa, importante para os nossos produtores e nada promovida, levada a efeito num espaço sem características, condições ou vocação para este tipo de eventos. Em que resultou? Que relatório mirabolante nos vai ser apresentado? Que comparação a estabelecer com outro evento do mesmo nome devidamente organizado e fidelizado num concelho nosso vizinho. Este é tão só um exemplo de entre muitos em que o nosso Concelho perdeu. Ficou para trás. Que dizer das obras anunciadas que não saíram do papel mas cujos projetos têm de ser pagos e as empresas a quem foram consignadas devidamente indemnizadas; 20.257,38€ na Pousada da Juventude – reunião de Câmara de 18/02/2013; 17.557,58 € na reabilitação e construção dos pesqueiros – reunião de Câmara de 18/03/2013; 62.181,25€ nas piscinas municipais cobertas – reunião de Câmara de 18/03/2013; 104.500,00€ no pavilhão multiusos de Santa Cruz/Trindade – reunião de Câmara de 16/04/2013. Isto até agora, porque quando falarmos da Prestação de Contas vamos ver todas as que ainda estão para revogação. A isto chama-se má gestão, agravada pelo facto de, ainda assim, o executivo municipal se vangloriar das suas boas contas. Imaginem a saúde financeira de uma autarquia que se calhar por estar assim tão saudável recorreu ao apoio do Governo Central, deixando-se resgatar por 14 anos, porque senão até já tinha feito aprovar a alienação dos seus ativos na EHATB para poder fazer frente à sua dívida de curto prazo, asfixiando, sobretudo, os fornecedores e prestadores de serviços locais. Imaginem da saúde dos atos de planeamento e gestão de uma autarquia que entra numa espiral de revogação de contratos de execução de obras, obrigando-se a indemnizar as empresas a quem as tinha adjudicado.

Os buracos que se mantêm abertos uns de maiores dimensões, outros de menor, mas todos com um forte impacto negativo na vida dos cidadãos. Que resposta dá este executivo ao facto de ter o buraco do quarteirão do Faustino aberto há anos, cheio de água fétida, sem que nada seja feito em nome da saúde pública. É fácil anunciar na comunicação social um saldo de contas positivo, assente em todos estes pilares e sem qualquer reserva em deixar esta pesada herança para quem vier a seguir pagar. No entanto, este ano em particular, vamos lá saber porquê, interessa fazer de conta que tudo está bem. O benefício da dúvida já foi demasiado e a fatura a pagar por todos os flavienses é demasiado pesada para que hoje deixasse de fazer esta reflexão. Passados 39 anos da tentativa de alguns nos deixarem como legado um futuro melhor, defrontamo-nos com um executivo que, em nome de uma estratégia de fazer de conta que tudo está bem, ignora uma das principais questões



que deve estar subjacente aos atos de quem gere a coisa pública, a sustentabilidade. Ou seja: deixar uma herança sólida e condigna a quem suceder. Esta é uma das vias de celebrar “Abril”. Adotar a atitude séria de ajudar no presente, preservando e fortalecendo as oportunidades do futuro. Lamentamos que assim não seja, mas temos a convicção e esperança de que estes valores que defendemos venham a ser praticados num futuro próximo, sem receios de planear, apresentar, ouvir, decidir e agir em conformidade.

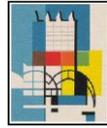
Não esqueçamos que, se aqui estamos, é porque ainda vigora em Portugal um regime que assenta no pilar do poder local democrático; defendamo-lo numa altura em que o observamos tão violentado. Não pactuemos com aquilo que em nome de uma postura economicista cega, ameaça os nossos cidadãos naquilo que são os seus direitos fundamentais; não deixemos perder conquistas históricas, acima de tudo pelo que elas contribuíram para a elevação da qualidade de vida e da participação dos cidadãos e, mesmo assim, ainda tão aquém do desejável por quem, ao contrário de o reçar, pretende acima de tudo representar. Esforcemo-nos ainda assim para darmos um passo fundamental na evolução deste regime representativo para um regime mais participativo. Mas para isso não podemos ficar de braços caídos quando vemos ser retirada a possibilidade aos nossos cidadãos de se afirmarem pela sua qualificação, pela elevação da sua autonomia. Não queiramos uma sociedade de autómatos; pensemos que tudo é efémero e ao contribuímos para alimentar exércitos de autómatos, quando precisarmos de uma mão, nada mais nos será estendido que uma barra fria de metal.

Este Executivo e o PSD têm que assumir a sua imensa responsabilidade, local e nacional. Não vale tudo em nome de uma postura ideológica que se afasta largamente da matriz social-democrata para colocar interesses de outra ordem acima do interesse dos cidadãos e que tem desferido os maiores ataques de que há memória às pessoas e às conquistas que, com a entrega de muitos, se alcançaram em Portugal em “25 de Abril” de 1974. E não vale a pena virem com paliativos; não é de paliativos que precisamos. Nós, sim, queremos um dia morrer com dignidade, mas acima de tudo queremos viver e contribuir para que se possa viver com qualidade”.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. TOMÁS GONÇALVES do PS – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se a uma iniciativa levada a cabo por três coletividades de âmbito cultural da cidade.

“Trazia comigo o documento com a notícia dessa iniciativa em que a Academia de Artes, o Grupo Recrear e o TEF lançaram um comunicado e fizeram uma iniciativa de âmbito cultural que decorreu numa 4ª feira e no fundo o objetivo desta iniciativa era alertar e atrair os flavienses para a atividade cultural que decorre nesta cidade e para a respetiva agenda.

Quanto à iniciativa nada contra, pelo contrário. O que me preocupou e o que preocupa o Partido Socialista é que o comunicado que estas três coletividades tornaram público para anunciar esta iniciativa dizia, no fundo, o seguinte: há coletividades a produzir cultura em Chaves, não há é público. Estamos fartos de ter iniciativas em que não há adesão. No fundo o que o comunicado dizia é que os flavienses não se interessam pela cultura que os agentes culturais de Chaves vão produzindo. Sem querer prejudicar as legítimas preocupações entidades que



produziram este comunicado, isso preocupa-nos. E preocupa-nos porque nos parece grave que haja agentes culturais na cidade que digam que os flavienses não estão mobilizados para a cultura. Os flavienses têm enchido o casino com concertos até a pagar; os flavienses enchem as ruas de Montalegre em espetáculos de índole cultural, enchem as feiras de Valpaços e Boticas e parece-me que não existe qualquer problema de mobilização dos flavienses para a cultura. O que nos parece é que, se calhar, tem faltado responsabilidade política para a cultura. Se calhar tem faltado neste executivo municipal responsáveis políticos pela cultura e eu não me considero desatenta, mas não sei se alguém aqui presente sabe quem é o responsável do executivo municipal pelo pelouro da cultura, se é que o há ou então a aposta foi definitivamente delegada para a Associação Chaves Viva, eventualmente. Do nosso ponto de vista a cultura faz parte da política autárquica. Exige estratégia, planificação, exigia que durante dez anos tivessem criado projetos âncora para fidelizar públicos, exigia que durante dez anos não se tivesse andado a brincar à cultura porque um ano a aposta é na fotografia, no outro é na moda e é difícil fidelizar público desta forma.

O Partido Socialista quer veementemente associar-se às preocupações dos agentes culturais e dos grupos culturais de Chaves mas repudiar com a mesma veemência qualquer insinuação de que não há capacidade cultural nem mobilização para a cultura nos flavienses; eles estão mobilizados, aderem às iniciativas culturais, pena que durante dez anos necessariamente sentiram a falta de uma estratégia e de uma política cultural autárquica agregadora e fidelizadora.”

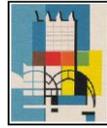
ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que, há doze anos atrás, quando já se falava em eleições autárquicas, um dos argumentos que o PSD usou teve a ver com o buraco no Largo das Freiras.

“ Muita gente imputou a derrota ao PS por causa daquele buraco. Quero recordar ao executivo que neste momento não tem um, mas sim dois buracos. Que eu saiba já não têm tempo para lhes dar função e quero crer que não os vai fechar. Como em relação a estes dois não pode fazer nada eu quero recordar-lhes algo que também trouxe a esta Assembleia Municipal. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara se lembra que um dia falei de estatuária e o Senhor comprometeu-se a destruir aquele bloco de cimento situado em frente à Quinta do Pinheiro, hoje uma estrutura da Autarquia. Esse exemplo de estatuária continua no local. Também na mesma época lhe solicitei que cuidassem daquele canteiro/terreno em frente, relvando-o ou ajardinando-o. Continua a ser estacionamento de camiões e, neste momento, aquela zona está completamente degradada.

Fui alertado para a zona envolvente ao Forte de S. Francisco que se encontra completamente às escuras o que convida a atos menos corretos, solicito resolução do problema”..

FRANCISCO ANTÓNIO TAVEIRA FERREIRA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se à questão da saúde na nossa Região, dizendo:

“Antes do “25 de Abril” era típico em Portugal a prestação de saúde em hospitais privados. Portugal dispunha de alguns nichos de alta qualidade, nomeadamente nos hospitais da Santa Casa da Misericórdia, na medicina do Trabalho da TAP e na medicina equatorial eramos um País reconhecido a nível mundial como líder; havia



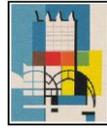
ainda o Hospital Militar, o Centro de recuperação de Alcoitão, o Hospital da Força Aérea e todos eles eram reconhecidos a nível internacional.

Depois do “25 de Abril” a saúde passou a ser prestada em três dimensões: a saúde pública, a medicina familiar, com a criação de Centros de Saúde em cada Concelho e a medicina hospitalar. Estas três realidades organizaram-se em três áreas totalmente separadas umas das outras, do ponto de vista administrativo, mas a responder todas perante a Direção Geral.

A Organiza Mundial de Saúde classifica os Hospitais em níveis 1, 2, 3 e altamente especializados; fala de hospitais para 300 mil habitantes, para 600 mil habitantes e para um milhão de habitantes. Em Portugal ficaram distribuídos os chamados hospitais de agudos, que são os que tratam os doentes de forma temporal, os hospitais especializados e os altamente especializados como os psiquiátricos, militares, fisiátricos, de doenças equatoriais, etc. O Hospital de Chaves integrava-se nos chamados hospitais de agudos. Na nossa zona geográfica, específica de Trás-os-Montes as acessibilidades têm vindo a melhorar muito nos últimos tempos, com uma população de pirâmide invertida, em que temos mais gente com idade acima de sessenta e cinco anos e muito menos até aos quinze anos; o normal seria termos menos velhinhos e muita gente jovem, o que não acontece, pelo contrário. Atrevendo-me a dizer que neste momento temos mais pessoas com mais de setenta e cinco anos do que com menos de quinze anos.

Antes do “25 de Abril” esta Região era servida por entidades privadas, nomeadamente clínicas privadas e as Santas Casas da Misericórdia também exerciam o seu papel na prestação da saúde. A partir daí todos os concelhos do Alto Tâmega foram contemplados com pelo menos um Centro de Saúde e o Hospital Distrital de Chaves, inaugurado em 1983, absorveu o Hospital da Santa Casa da Misericórdia. O Hospital de Chaves chegou a ter treze especialidades a funcionar, 80 médicos, 300 enfermeiros, 274 camas, atendia uma média de 160 doentes por dia no serviço de urgência, fazia uma média de três mil operações por ano e serviu e serve uma população que neste momento ronda os 92 mil habitantes. Era um hospital com autonomia administrativa e financeira, com capacidade formativa regulamentada, quer a nível da Ordem dos Médicos, quer a nível da Organização de Enfermagem e prestávamos assistência com o apoio de entidades como o IPO, o Hospital de S. João, o Hospital Geral de Santo António, o Hospital Maria Pia e o Magalhães de Lemos. Estes hospitais trabalhavam com Chaves e tinham pelo nosso Hospital um carinho muito particular. A única Instituição que assinou um protocolo de prestação de serviços com o Hospital de Chaves foi o IPO do Porto. Todos os outros hospitais recebiam os nossos doentes por contato direto, por carta etc.

O Hospital de Chaves era um organismo de funcionamento barato, com instalações novas, alegre, confortável, onde a gente se sentia bem. Chegou a ser o terceiro hospital, a nível nacional, na aplicação de dinheiro aos doentes e foi classificado um dos três primeiros, na utilização dos tempos operatórios. Recebeu o prémio de modernização administrativa pela informatização do serviço de urgência e de todo o complexo hospitalar. Em 2007 foi integrado no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro. Esta integração levou a que no nosso Hospital deixasse de haver serviços para passar a haver equipas locais; houve áreas de prestação de serviços



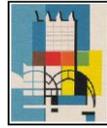
que se perderam, nomeadamente a questão da obstetrícia e houve outras em que beneficiámos da integração como é o caso da nefrologia e psiquiatria.

O Senhor Dr. Manuel Cunha veio do Hospital Geral de Santo António por vontade própria e presta serviço no nosso Hospital, numa área muito importante para nós, como são as doenças do sangue.

Relativamente ao futuro a minha opinião é que em Chaves necessitamos de um hospital de proximidade, o que significa que necessitamos de manter em Chaves um grande centro de diagnóstico e depois fazer o seguimento de todo o tipo de doentes desta Região. Em 2004/2005, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Chaves, disse ao Conselho Geral da altura, que o nosso Hospital estava em risco de encerrar e ninguém acreditou. Necessitamos de manter capacidade técnica de diagnóstico, manter capacidade técnica de seguimento e não podemos perder, de forma alguma, a cirurgia de ambulatório, a médico-cirúrgica e as áreas críticas que são essenciais na prestação de cuidados locais. Do ponto de vista da cirurgia de ambulatório não podemos abrir mão das áreas de cirurgia oncológica, de ortopédica, de otorrino, de oftalmologia e de urologia. No que respeita à área médica, não podemos perder a cardiologia, a neurologia, a gastro e a fisioterapia, onde temos uma grande necessidade interventiva. Temos um problema a nível da cardiologia que necessitamos de repor em funcionamento, temos um problema a nível da urologia onde necessitamos de dois especialistas porque os nossos doentes o necessitam e o merecem. Os laboratórios de análises, de cardiologia, da radiologia e da imagem são para manter porque é a única forma de podermos ter um diagnóstico a sério.

A medicina caminha, cada vez mais, para uma situação de geriatria em que os doentes têm uma média superior a sessenta anos, com aumento de custos, mais dificuldade na obtenção dos diagnósticos e mais consumos em medicação. A pediatria caminha rapidamente para a pediatria de ambulatório; os internamentos em pediatria vão ser cada vez menos porque ou a situação é muito grave e tem de seguir para centros altamente diferenciados, ou é passível de solucionar em ambulatório. Devemos continuar a lutar pela área Materno-infantil, mesmo que não consigamos a Maternidade, devemos manter as consultas de genecologia e o respetivo acompanhamento da mulher grávida na obstetrícia.

Para terminar repito uma vez mais que Chaves necessita de um Hospital próximo da população, com as valências necessárias e indispensáveis a uma boa prestação aos doentes e deve funcionar como uma ULS funcional. Significa que o Hospital, os Centros de Saúde, as Clínicas privadas da região, toda a capacidade instalada em Laboratórios e em Imagem, deverão constituir uma rede, à semelhança «das redes sociais», permitindo que o acesso ao sistema possa ser feito por qualquer uma destas unidades e que os doentes se possam deslocar para aquela que for mais adequada à sua real necessidade e lhe permita maior rapidez no acesso; em termos económicos o mercado deve aproximar-se do mercado livre, devendo o doente ter a livre escolha de decidir onde quer ser tratado. A ULS funcional garantirá a valência médico-cirúrgica, da qual não podemos abdicar de forma alguma e devemos lutar rapidamente pela urologia e pela cardiologia; o Senhor Dr. Manuel Cunha continuará a desempenhar as sus funções nas doenças do sangue e no apoio à medicina



interna. A organização será aberta. Hoje, através dos sistemas de informática, é possível dar saída a esta ULS funcional comunicando do privado para o público, dos Centros de Saúde para o Hospital e vice-versa; da especialidade para o médico de família. A base terá de estar sempre no médico de família e a informação deve circular rapidamente através das redes informáticas, com a privacidade e segurança que se requiere. Na gestão da ULS apenas necessitamos de um Administrador, um Diretor Clínico e um Enfermeiro Diretor.

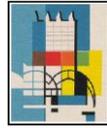
É óbvio que vamos necessitar de fazer parcerias; vamos precisar de ter claro para onde encaminhar os doentes que não tenhamos capacidade para tratar na nossa Unidade e há áreas para as quais temos de estar disponíveis para não exigir que as tenhamos cá porque não temos capacidade técnica nem económica, nos próximos anos, para o fazer.

A coronária, enquanto interventiva, a litotricia, os cuidados intensivos, a medicina oncológica nas intervenções mais graves, a nefrologia, enquanto diagnóstico e colocação em diálise, a própria neurologia interventiva, a urologia diferenciada onde necessitamos de dois médicos urologistas integrados numa equipa para que possa tratar aqui 80% dos doentes e enviar os restantes para a central e, obviamente, a cirurgia diferenciada nas mais diversas áreas. Uma ULS local funcionante em contato com um Hospital Central que quanto mais diferenciado for e melhor estiver equipado mais nos pode apoiar no tratamento dos doentes com problemas mais graves”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – referiu-se à intervenção do Senhor deputado Francisco Taveira dizendo que é uma questão complexa.

“No esquema de organização da saúde o hospital de proximidade extingue o internamento e é necessário ter em conta que está projetado para Lamego, e não se percebe o que se vai fazer no que respeita ao internamento, quer ao internamento pós-cirúrgico, que pela intervenção do Senhor deputado Francisco Taveira, seria para extinguir, quer ao internamento médico das situações que necessitam de internamento médico e não precisam de cuidados intensivos. Entendo que é um tema complexo, mas o Senhor deputado Francisco Taveira levantou aqui questões sérias, que merecem uma reflexão.

Entramos amanhã no quadragésimo ano da Revolução e gostava de lembrar que, nestes tempos difíceis que vivemos, há quarenta anos estávamos alegres, felizes, com entusiasmo no futuro, com esperança; pessoas que estavam fora do País, por diversas razões, regressaram; há muita construção do Serviço Nacional de Saúde da autoria de médicos portugueses, brilhantes, que estavam no estrangeiro, estávamos em democracia, em liberdade, em festa e festejámos o fim da guerra colonial que tanta angústia trazia para tantas pessoas e que era tão injusta para os direitos de autodeterminação dos povos das chamadas colónias portuguesas. Para além disso o “25 de Abril” trouxe-nos coisas importantes na Saúde, na Educação, na Segurança Social, que todos reconhecemos de muito bom e também nos trouxe o Poder Local Autárquico. As autarquias com o PCP ou sem ele, com o PS ou sem ele, com o PSD ou sem ele, fizeram um trabalho gigante no desenvolvimento do País, nomeadamente ao nível de infraestruturas, na cultura, na habitação social, porque tinham autonomia administrativa e financeira que agora, um conjunto de leis, sobre as eleições, sobre a constituição dos executivos, sobre o financiamento do poder local, sobre a extinção



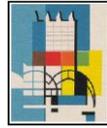
de freguesias, está a por seriamente em causa essas conquistas. É indispensável que tenhamos esperança no futuro, apesar das sucessivas medidas tomadas pelo governo que está a conduzir o País para um processo de grande empobrecimento. É evidente que tudo isso se reflete numa inversão completa da pirâmide. Ninguém percebeu que antes de chegar a crise nacional e internacional, este Concelho já tinha invertido a pirâmide porque os dois mil habitantes que perdemos foi na faixa dos zero aos dezoito anos e isso aconteceu antes desta onda de emigração, que se vai refletir num agravamento da pirâmide e na falta de natalidade, inevitável, nos próximos anos. É indispensável dar a volta à situação e isso faz-se com políticas diferentes, que mobilizem as pessoas, que entusiasmem as pessoas, que lancem esperança em relação ao futuro e seguramente que não é com estas políticas que vêm da União Europeia, das quais não vamos ter outra alternativa a não ser encontrar outro caminho; Seguindo este caminho, Portugal suicida-se, se quer continuar de braços dados com a União Europeia e integrar uma moeda que destruiu a nossa economia e hipotecou o nosso futuro.

Finalmente os autarcas têm um papel indispensável ao qual penso que não tem correspondido numa forma global, de defesa intransigente dos direitos das populações, perante o poder central, e as autarquias do PSD têm tido um comportamento muito complacente com as atitudes do governo. Os autarcas devem ter também um papel de engenho, de criatividade, de lançamento do entusiasmo, porque ou Portugal consegue criar de novo, um espírito e um entusiasmo semelhantes aos que aconteceram no “25 de Abril”, para desenvolver o País ou então corremos o risco de não ter viabilidade de futuro”.

FRANCISCO ANTÓNIO TAVEIRA FERREIRA do PSD – voltou a usar da palavra para dizer que está disponível para falar da saúde com quem o entender conveniente e ainda para falar na questão dos internamentos levantada pelo Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha.

“Num Hospital de proximidade não implica o desaparecimento dos internamentos. Implica o desaparecimento dos internamentos de longa duração e do ponto de vista técnico o Hospital de Chaves tendo, como tem tido, o apoio da Unidade de Vila Pouca, de Murça e outras, há uma série de internamentos longos que estavam em Chaves e deixaram de estar, passando para essas Unidades, onde são devidamente tratados. O Hospital de Chaves, enquanto Hospital de agudos, beneficiaria se conseguisse ter menos internamentos e mais curtos. O meu serviço perdeu camas e agora, com a redução de verbas, foi-me pedido um plano de redução de gastos; eu não posso poupar em equipamentos necessários aos doentes nem nas horas de trabalho dos funcionários porque isso já foi tudo devidamente planeado. A única forma que temos, neste momento de poupar é conseguir fazer, previamente, em consulta o que fazemos antes das operações, operar os doentes, mate-los o mínimo de tempo internados, mantendo a eficiência e aumentando, se possível, a qualidade deixando de ter o habitual dia de internamento antes da operação e os dois após a operação. Reduzir custos naquilo que é possível sem colocar em causa nada no diagnóstico, no ato praticado e no seguimento.

A introdução no Hospital de uma equipa de enfermagem que visitará os doentes pós operados em casa permitirá, em mais de metade das circunstâncias, com toda a



segurança, que os doentes possam ganhar um dia de internamento. O internamento que necessitamos é o de agudos; para os doentes crónicos temos de encontrar soluções que não passem por camas hospitalares”.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – usou novamente da palavra para pedir um esclarecimento sobre o tema da saúde.

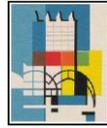
“Pergunto ao Senhor deputado Francisco Taveira se a sua intervenção espelha o que é a posturado Grupo Municipal do PSD relativamente à matéria do Hospital. Pareceu-me uma intervenção tão ponderada, tão bem estruturada, tão aberta à discussão das melhores soluções, de um reconhecimento até de tantas situações que foram tão drasticamente polarizadas em termos de debate não político, mas político partidário.

Há muitas atas desta Assembleia Municipal e não só, que versam sobre esta temática da saúde e em que o apelo sucessivo do Grupo Municipal do PS era no sentido de que se ponderassem as posições e que não se fizesse da saúde um campo de batalha político partidário mas sim o que respeita diretamente ao interesse e à qualidade essencial de vida dos cidadãos. Foi lançado, por diversas vezes, o apelo de que isso fosse feito de forma que, em conjunto, daqui resultasse uma discussão que espelhasse o real melhor interesse dos cidadãos. O Senhor deputado Francisco Taveira assistiu e até participou nalgumas destas discussões. É por isso que eu hoje, para além de não gostar de ver a discussão restringida a dois médicos e dizer que, enquanto representante dos cidadãos, mantenho hoje, em nome do Grupo Municipal do PS, a postura que sempre mantive; que haja muita ponderação nas decisões que se tomem no que respeita a questões essenciais que dizem diretamente respeito à qualidade de vida dos cidadãos.

Que não estejamos hoje aqui a dizer que, afinal, perdemos isto mas ganhámos aquilo, quando há bem pouco tempo atrás só tínhamos perdido; que não estejamos aqui hoje a apelar a toda a compreensão das pessoas no sentido de que tem de haver uma poupança em termos de custos e que, portanto, temos de nos reajustar a esta nova visão do nosso Hospital. Foi falado num hospital de proximidade e o Senhor deputado Francisco Taveira referiu a questão da valência médico-cirúrgica. Todos, em sedes diferentes, lutamos por ela e vamos continuar a lutar. Para além disso o Senhor deputado falou da Unidade Local de Saúde funcional integrando, inclusivamente a rede de privados, e nós precisamos de saber. Não há muito tempo que o Senhor Presidente da Câmara se referiu a um estudo sobre a ULS; um estudo que agora já era necessário, mas há uns tempos atrás não o era. A verdade é que esse estudo nunca apareceu. Não sei se o Senhor deputado Francisco Taveira sabe se esse estudo existe, se tem alguns dados sobre ele porque, independentemente de não sermos profissionais da área, somos representantes e continuamos interessados que na saúde e no nosso hospital se encontre uma resposta séria, eficaz e de qualidade para os nossos cidadãos”.

JOÃO DOMINGOS GOMES SANCHES do CDS – cumprimentou os presentes em, seguida referiu-se à questão da saúde dizendo:

“A questão da saúde não está propriamente na técnica de prestação de cuidados; a questão está no processo de financiamento da saúde. Se compararmos o serviço Nacional de Saúde com o serviço de saúde da República Francesa, eu, na qualidade de cidadão francês tenho direito à saúde universal que o País coloca à disposição de



todos os seus cidadãos e escolho a clínica onde pretendo fazer os meus tratamentos. Mas isto não existe em Portugal. A nossa Segurança Social não permite essa universalidade dentro do nosso País. O financiamento da saúde está a restringir o acesso aos serviços porque os serviços até são de qualidade. Os nossos Hospitais funcionam bem, com médicos e enfermeiros muito competentes, mas a reforma deve ser feita ao nível da Segurança Social e ter em conta o direito de escolha do cidadão, dando-lhe a possibilidade de poder optar por serviços de excelência”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados pela ordem das suas intervenções.

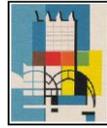
A Senhora deputada Paula Barros começou por se referir ao “25 de Abril” de 1974 e eu anotei duas questões em especial. Disse que aos políticos «lhes compete servir e não servir-se»; eu tenho feito isso ao longo de todo o meu percurso na política e estou de consciência tranquila. Acredito que a Senhora deputada estivesse a referir-se a alguém que não eu nem o Executivo a que presido. Depois falou na «verdade». Sobre a verdade eu gostava de focar dois aspetos que mencionou: 1º referiu as feiras/eventos que se realizam noutros municípios com muita mais projeção do que em Chaves. Em nome da verdade eu lembro à senhora deputada Paula Barros que a realização das feiras de fumeiro em Vinhais, Montalegre, Boticas e a do foliar em Valpaços, não tiveram início na vigência deste Executivo, mas já vem de alguns anos atrás, na vigência do Executivo que nos antecedeu e nesse então não houve, por parte da Autarquia, a capacidade suficiente para implementar em Chaves esses eventos. O que nós procuramos, em primeiro lugar, é servir as pessoas dando-lhe as condições para que possam colocar os seus produtos e os vendam. Gostava que a Senhora deputada Paula Barros ouvisse os produtores de Chaves que estiveram nos eventos realizados, a vender os seus produtos, sobre o negócio que fizeram. Nenhum se queixou que foi mau.

A Senhora deputada disse também que pagamos indemnizações e referiu um assunto que já foi explicada na última sessão desta Assembleia, mas que, por falta de assuntos, repete-o várias vezes para ver se com isso, passa a ser verdade. Nas restantes obras que referiu não paga qualquer indemnização, mas sim o trabalho que foi feito; os projetos foram adjudicados pelo valor X e quando se chega à conclusão que não são para executar na totalidade qualquer executivo responsável, dirige-se ao adjudicatário e paga-lhe o trabalho executado.

Este Executivo tem muito orgulho na obra que deixa, que é bem visível e da qual toda a população pode usufruir. Não é qualquer discurso que altera essa realidade e a Senhora deputada ao referir o contrário, reiteradamente, só nos está a ajudar. É que as pessoas não são cegas e são muito mais inteligentes do que se pensa.

Também nos parece que o Partido Socialista começa a especializar-se em buracos e nas últimas intervenções tem referido isso constantemente, mas cada um especializa-se naquilo que entende.

A Senhora deputada Brigitte Raquel Bazenga referiu-se a uma iniciativa de âmbito cultural lançada numa quarta-feira e deu-lhe a interpretação que melhor lhe convinha. Quem realizou essa ação quis mostrar às pessoas, sobretudo para as que residem nas aldeias que em dia de feira visitam a cidade, que se realizam eventos de caráter cultural frequentemente. A questão da cultura tem duas vertentes essenciais – uma a



dinâmica e outra estática. A vertente estática refere-se aos lugares onde a cultura pode ser apresentada aos cidadãos, mas é necessário que esses lugares existam. Eu pergunto: há dez anos atrás existia este Centro Cultural? Não; havia uma Biblioteca Municipal com a qualidade da que hoje temos? Não; havia um Arquivo Municipal? Não; havia um Museu de Arte Sacra? Não; havia um Museu Ferroviário? Não. Os lugares e espaços culturais agora existentes e os que havia há dez anos é uma realidade incomparável. Relativamente aos eventos, este Auditório enche-se sucessivamente de pessoas com os concertos da Academia de Artes de Chaves e se há legado importante que este Executivo deixa na cultura que proporciona, gratuitamente, aos cidadãos este é um.

O Senhor deputado Anselmo Martins veio aqui falar de buracos, reconhecendo a existência do buraco que este executivo herdou no Largo das Freiras e que, bem ou mal, tapou; aliás é tradição no PSD tapar os buracos que outros deixam. Os buracos que o Senhor deputado referiu, têm obras a decorrer – caso das Termas Romanas. Mas há uma situação que quero deixar bem clara; as obras que estamos agora a fazer são para as pessoas e por essa razão não tenho qualquer problema em que se iniciem obras agora porque a sua finalidade é servirem os cidadãos e se só estão a ser levadas a efeito agora foi porque só agora obtiveram condições de financiamento para ser lançadas e executadas e quando estiverem concluídas são para as pessoas e não para mim.

Os Senhores deputados Francisco Taveira e Manuel Cunha referiram a questão da saúde e tratando-se de dois médicos muito credenciados é dispensável a intervenção de um simples cidadão.

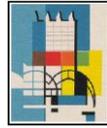
O “25 de Abril” é um ponto de partida para toda a sociedade portuguesa e é património de todos e não de ninguém em particular. Podemos divergir no caminho que traçamos com o objetivo de melhorar as condições de vida das pessoas tornando-as mais felizes, mas a verdade é que é um património de todos e o povo é soberano em escolher aqueles que quer para a condução desse caminho.

PAULA CRISTINA BARROS do PS pediu a palavra para direito de resposta.

“Quando na minha intervenção falei que passaram 39 anos sobre a data em que um grupo de militares se preparava para desferir um golpe de estado em Portugal, falei de diversas coisas do ponto de vista genérico, mas também falei de coisas concretas e específicas em relação às políticas do país e às políticas do executivo autárquico e só enfia a carapuça a quem lhe servir.

Na questão das feiras o Senhor Presidente diz que as que são feitas noutros concelhos já são feitas há mais de 12 anos, mas parece-me que está a caminhar muito para trás, isto porque há mais de doze anos também existia em Chaves uma feira de artesanato que este executivo deixou cair, exatamente quando ela adquiria corpo e trazia cada vez mais expositores à cidade.

Disse que um executivo responsável devolve o dinheiro às empresas quando deixa cair uma obra, mas isso é uma exigência da lei. O Senhor faz isso porque a lei o exige. Em relação às quatro obras que eu aqui referi, a que respeita ao Pavilhão Multiusos, no total de 104.500,00€ é o que a Autarquia propõe, porque a empresa reclama um valor acima dos 500 mil euros.



Também disse que tapou o buraco das Freiras, mas agora pretende deixar meia dúzia aberta e certamente serão outros que os vão tapar, mas há um de oito milhões de euros, para tapar em 14 anos, que vai ficar na memória e foi este executivo que o criou. O PAEL.

Achei curioso, só porque falaram dois médicos sobre a questão da saúde, o Senhor se tenha colocado de lado, mas é exatamente por se colocar de lado em situações que são fundamentais para o nosso Concelho, que não temos tido resposta em questões essenciais para os flavienses. Em jeito de pedido de esclarecimento levantei uma série de questões que coloquei ao Senhor deputado Francisco Taveira, que não foram respondidas”.

BRIGITE BAZENGA V.T. GONÇALVES do PS - usou da palavra para pedido de esclarecimentos.

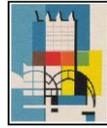
“O Senhor Presidente da Câmara veio aqui referir aquele que é o registo habitual do Partido Socialista e eu mais uma vez venho aqui sublinhar o registo habitual do Senhor Presidente, nomeadamente quanto às minhas intervenções, que é responder com não respostas. No entanto hoje, mais do que não responder, disse coisas que, sob o ponto de vista democrático, são gravíssimas. Disse que o que lhe importa enquanto Presidente é a opinião das pessoas e não as opiniões do Partido Socialista. Mediante isso eu quero dizer ao Senhor Presidente que ainda que me tivesse tirado essa qualidade não valia, porque eu continuo a ser pessoa e a minha opinião e o meu voto e os votos dos socialistas valem tanto como os dos outros munícipes; os socialistas não perderam a qualidade de munícipes e os que estão dentro desta sala representam milhares de eleitores neste Concelho, embora menos do aqueles que o PSD representa, mas mesmo assim não deixam de ser milhares.

Voltando à questão da cultura, aquilo que perguntei claramente ao Senhor Presidente era se se revia no comunicado emanado pelos ditos grupos culturais, comunicado esse que dizia que os flavienses, não obstante a oferta, não aderem e não se interessam pelas questões culturais. Eu pedi uma resposta política que o Senhor Presidente não deu”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões antes colocadas pelas Senhoras deputadas dizendo em primeiro lugar que não é pelo facto de agora usarem outro tom de voz que têm mais razão.

A Feira de Artesanato que a Senhora deputada Paula Barros referiu era organizada pela ADRAT que deixou de o fazer e se quiser saber o porquê deve dirigir-se a essa entidade.

Relativamente aos projetos que mencionou mais uma vez, eu disse claramente que o projeto do Pavilhão Multiusos foi adjudicado por um determinado valor; para ser executado e concluído, tem de ser acompanhado pelo seu autor. Como esse projeto está terminado e não vai ser executado, acordou-se com a empresa o pagamento dos trabalhos já executados. O mesmo aconteceu com os restantes projetos porque se os mantivéssemos teríamos de os pagar na sua totalidade, mesmo sabendo que não iríamos executar a obra e com este acordo entendemos que o Município saiu beneficiado. Sempre aqui se disse que quando nós chegamos à Câmara havia projetos, o que não corresponde à verdade. Havia intenções porque o projeto é um trabalho executado capaz de ir a concurso e depois ser colocado em obra. Depois



disso os projetistas têm de acompanhar a execução do projeto ao longo da obra. O valor retirado da totalidade do custo do projeto é o equivalente ao valor da parte não executada.

O PAEL é um empréstimo como outro qualquer e a Senhora deputada sabe perfeitamente que quando esta Câmara assumiu a gestão da Autarquia assumiu os valores que o Executivo anterior deixou em dívida cujo montante já aqui referi. Como tal assumimos os que vinham do executivo anterior, contraímos novos e quem vier no futuro terá de assumir os que transitam. A Senhora deputada acha que o PAEL é diferente dos outros empréstimos contraídos e é, porque é melhor e porque tem uma taxa de juro muito mais favorável. No caso do Município de Chaves se ler toda a legislação que lhe está adjacente, verifica que é mais favorável ainda porque não compromete o Município em termos de qualquer tipo de obrigação, para além de pagar os juros e as respetivas amortizações e com um bom prazo. Isto porque a maioria dos empréstimos que foram realizados antes e depois, são a doze anos, com um encargo maior, a pagar durante menos tempo. Como já referi, o PAEL tem um juro menor e tem mais tempo para ser amortizado; é um mecanismo que permite ao Município cumprir os seus compromissos, em boas condições.

Olhando para as muitas obras que fizemos e de que os flavienses usufruem com gosto, se não têm sido feitas não o seriam mais, nomeadamente este local onde hoje estamos e outras, se o Município não tivesse contraído empréstimos. Mas ter dívidas, ter obras feitas e ter condições quer de liquidez, quer do ponto de vista da realização de capital capaz de pagar esses endividamentos, é bem mais importante. A Senhora deputada certamente gostaria que não tivéssemos feito quaisquer obras e que tivéssemos dinheiro no Banco mas isso não é saber gerir.

Sobre a ULS eu não me coloquei de fora e a Senhora deputada sabe perfeitamente que a primeira pessoa a pugnar pela Unidade Local de Saúde fui eu e, em devido tempo, apresentei a respetiva proposta. Mas quando a Maternidade foi fechada eu não fui ao Hospital, mas a Senhora deputada estava lá, ao lado do Senhor Ministro da Saúde, a apoiar o seu encerramento. Isto não é demagogia. É a verdade.

A Senhora deputada Brigitte Raquel referiu-se novamente ao comunicado. O que está em causa é a sua interpretação. No meu entender o que se pretendeu foi comunicar às pessoas que em Chaves são feitos eventos culturais e incentivá-las a participar mais. Se ainda não percebeu, eu esclareço a Senhora deputada que as respostas que dou são as que entendo adequadas às questões colocadas e não as que a Senhora entende que devem ser dadas.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.

Outras Informações:

Neste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:



DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA DA CDU – pediu um esclarecimento relativamente à Escola de Enfermagem.

“Dadas as dificuldades com que o Ensino Superior está a lutar, em termos económicos, pergunto se esta Escola poderá estar em risco, dada essa situação, tendo em conta o conjunto do corpo docente e as normas que lhe são características, nomeadamente para o rácio de doutoramentos, para alunos, para dedicação exclusiva etc. Gostaria de saber as dificuldades reais e se está assegurada a viabilidade da Escola Superior de Enfermagem”.

ANTÓNIO PIRES DE ALMEIDA do PS – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se à situação económica e financeira do Município a 19 de Abril de 2013.

“Estou admirado por em 19 de Abril já haver uma taxa de realização comprometida, no Orçamento para o corrente ano na ordem dos 68%. Em contrapartida a execução financeira e a arrecadação de receita está apenas na ordem dos 23%. O valor da dívida a terceiros mantem-se, com uma pequena descida relativamente a 31 de dezembro, mas ainda está muito elevada.

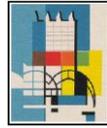
Gostaria de ser esclarecido sobre a razão pela qual há aqui uma variação de números no que respeita à dívida de terceiros, ou seja aquilo que a Autarquia tem a receber. A coluna dos contribuintes e utentes com conta corrente, em fevereiro apresentava um valor de 5.020.012,00€, em abril passou para 898 mil euros mas; em contrapartida, a coluna dos clientes, contribuintes e utentes, com cobrança duvidosa, que em fevereiro apresentava um valor de cerca de dois milhões de euros, passou para 6. 251.000,00€ “.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões anteriormente colocadas.

O Senhor deputado António Almeida referiu-se à situação económica e financeira da Autarquia. A variação de valores que mencionou é muito simples de explicar; se repararam na certificação de contas apenas aos documentos de Prestação de Contas relativos a 2012, há uma reserva do Revisor Oficial de Contas relativamente aos valores de cobrança, num valor acima dos quatro milhões de euros. Foi precisamente por causa dessa reserva, que na Informação passámos esse valor de contribuintes com conta corrente, para contribuintes de cobrança duvidosa, mas os números são precisamente os mesmos. Os outros devedores são essencialmente verbas de fundos comunitários e são mais agora do que eram em fevereiro.

O Senhor deputado já fez parte de um executivo municipal e sabe que no início de cada ano económico, quer seja o que está inscrito como dívida, quer sejam as obras que vão a concurso, têm de ser cabimentadas pela totalidade e são pagas em função da realização. A acrescentar a tudo isso existe a lei dos compromissos que nos obriga a ter como comprometido os gastos previstos nos três meses seguintes.

O senhor deputado Manuel Cunha pediu esclarecimentos sobre a Escola de Enfermagem. A nossa Escola de Enfermagem, com todas, foi criada, teve um momento de crescimento e funcionou durante muito tempo sem ter nenhum professor doutorado. A partir de dada altura, e bem, a Comissão de Avaliação do Ensino Superior começou a exigir critérios e a nossa Escola teve de responder à obrigatoriedade de ter no seu quadro um grupo de professores doutorados. A Escola fez um acordo com a UTAD que tinha professores doutorados e embora não



leccionassem enfermagem (no País havia apenas três professores doutorados nessa área), respondiam ao rácio exigido na altura. As exigências vão aumentando e na atualidade a Escola de Enfermagem para funcionar, de acordo com as regras exigidas, tem de ter um professor doutorado por cada 40 alunos e tem de ter um corpo docente fixo, no mínimo de 80% do total. Isso significa que há dificuldades, embora neste momento estejamos a cumprir com esse rácio mas, por outro lado, dadas as dificuldades económicos e apesar de a nossa Escola ser a que tem propinas mais baixas em todo o País, há uma diminuição no número de alunos nas escolas particulares em função da oferta pública.

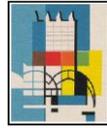
A nossa Escola de enfermagem tem sobrevivido em função do número de alunos Galegos que a frequentam, mas o número está a diminuir. É por essa razão que há uma procura de oferta e não havendo a possibilidade da Escola ministrar mais cursos, a CESPU aproveitando o facto de existir a Eurocidade e o marketing que isso pode aportar, tem um acordo com a Universidade de Barcelona, para assinar os primeiros acordos no sentido lançar nova oferta de cursos com dupla creditação, aqui e em Espanha, e garantir também esses rácios para que a Escola de Enfermagem possa manter essa oferta e possa continuar em funcionamento, sem cair em qualquer incumprimento com a Comissão de Avaliação do Ensino Superior.

PONTO 2 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CPCJ - para conhecimento;

DEPUTADA MÁRCIA CRISTINA DE JESUS TEIXEIRA – usos da palavra, na qualidade de membro da Comissão em representação da Assembleia Municipal, para falar do Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves que foi distribuído.

“A Comissão rege-se pela lei em vigor e funciona em duas modalidades: modalidade restrita e modalidade alargada. Na modalidade restrita somos nove elementos e temos reuniões quinzenais; na modalidade alargada somos quinze elementos e reunimos de dois em dois meses.

A CPCJ funciona em instalações cedidas pela Câmara Municipal e toda a logística é garantida pela Autarquia que nos cede as viaturas sempre que as necessitamos. O volume processual vem aumentando com os números a aumentar de ano para ano. Na análise relativa a 2012 podemos constatar que transitaram do ano de 2011, 85 processos, foram instaurados 92 novos e reabertos 20, num total de 197 processos. Destes 197 tivemos 101 saídas e arquivámos 10 liminarmente; as medidas que aplicámos estão elencadas no art.º 35º da lei, que vão desde o apoio dos menores junto dos pais, até ao acolhimento em instituições. Depois da aplicação de medidas arquivámos 81 processos e enviámos dez para outras Comissões, relacionados com a mudança de residência, que deixam de fazer parte do nosso território de atuação. Ficamos com 96 processos ativos no ano de 2012 que transitaram para 2013. A última reunião deste ano foi ontem e já abrimos 51 processos e reabrimos 8, mais os 96 que transitaram; ainda não chegámos ao meio do ano e já temos mais de 50 novos processos abertos. Neste momento temos 15 crianças institucionalizadas. Uma no CAP de Vilarandelo, cinco na Escola de Artes e Ofícios, sete no Patronato de S. José em Vilar de Nantes e duas nas Florinhas da Neve em Vila Real. A medida que a nossa Comissão mais aplica é de apoio ao meio natural de vida, junto dos pais,



tentando trabalhar as famílias para que reúnam as condições necessárias para ter consigo os seus filhos e lhes possam dar o apoio que necessitam; a faixa etária onde há maiores sinalizações, neste momento, é entre os 11/14 anos e os 15/17 anos. Com a escolaridade obrigatória até mais tarde, verifica-se que muitos jovens abandonam a escola e que obrigatoriamente têm de ser sinalizados junto da Comissão. As entidades que mais nos sinalizam são a Polícia, as Escolas, os Centros de Saúde e o Hospital.

Para além do crescente número de processos a Comissão depara-se, cada vez mais, com maior complexidade nas problemáticas de que se revestem estes mesmos processos. Não é só a carência económica, onde procuramos direcionar as pessoas para os pilares de apoio existentes, nomeadamente a Segurança Social, cantinas sociais etc. mas verificamos a existência de um fenómeno cada vez maior na sociedade onde o volume dos abusos sexuais de menores aumenta, denotando uma acentuada degradação moral dessa mesma sociedade, o que nos preocupa”.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA agradeceu à Comissão o excelente trabalho efetuado na CPCJ de Chaves, que é louvável a todos os níveis.

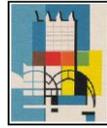
PONTO 3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012. INFORMAÇÃO Nº 11/DGF/13.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação da proposta dizendo que o Relatório de Gestão diz respeito às atividades do Município e estão descritas pelas respetivas rúbricas, das quais destacou três situações:

A Câmara durante o ano de 2012 lançou ou concluiu obras no valor de 26 milhões de euros que estão discriminadas no respetiva quadro exemplificativo.

Há um apoio reforçado à inclusão social e à educação, conforme identificado nos respetivos relatórios. Os resultados das contas estão apresentados e fundamentados, com as respetivas demonstrações. Há um resultado positivo do exercício, de 3,1 milhões de euros, que reflete o aumento do ativo líquido e o aumento dos fundos próprios; consequentemente há uma diminuição do passivo, tendo a ativo imobilizado aumentado para 224 milhões de euros. É importante verificar que em 2012 se mantêm proveitos diferidos fruto da riqueza criada, a receber nos anos seguintes, na ordem dos 37 milhões de euros, em função de acordos e na obtenção de fundos comunitários. Esse valor é sensivelmente equivalente ao valor da atual dívida do Município.

As despesas com pessoal estabilizaram desde 2010, em cerca de 25% da despesa total da Autarquia. A Câmara Municipal de Chaves não tem trabalhadores em situação precária, estão todos com contrato de trabalho por tempo indeterminado; tem duas avenças – o médico de trabalho e o consultor jurídico. Conforme se pode verificar nos quadros dos últimos três anos há uma estabilização das receitas gerais na ordem dos trinta milhões de euros, independentemente do decréscimo que tem havido das transferências do estado, mas que tem sido recuperadas em função da transferência de fundos comunitários; os impostos arrecadados também diminuíram. A estrutura da receita é de vinte milhões de euros em média nas correntes e dez milhões nas receitas de capital. Mas dezasseis milhões em despesas correntes e entre treze e catorze milhões em despesas de capital, usando cerca de quatro



milhões de euros de receitas correntes em investimento. Esta tem sido a linha de orientação dos últimos três anos e, por razões externas de provisões, ou de situações anómalas como foi o ano passado, os resultados finais variam, e o resultado positivo deste ano deriva do facto de termos tido mais proveitos do que custos.

Com esta estabilidade o Município de Chaves pode continuar a cumprir os seus compromissos, a servir melhor os cidadãos e realizar as obras previstas para este ano no Concelho.

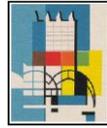
Neste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – usou da palavra para se referir ao assunto em discussão.

“O Senhor Presidente da Câmara disse que o recurso ao PAEL favorecia o Município e até receio o saldo positivo que as Contas apresentam.

Gostaríamos que nos fossem apresentadas Contas mais realistas e mais condizentes com as suas opções gestionárias e em vez dos três milhões de euros de saldo positivo, nos dissessem que os Protocolos assinados com os Senhores Presidentes de Junta estavam executados, o que não acontece, uma vez que parte desses Protocolos continuam por pagar. Gostaríamos também que em vez desse apregoado saldo positivo nos proporcionasse melhor qualidade de vida, a começar pela melhoria do pavimento das principais artérias da cidade, algumas delas com buracos que deveriam ser tapados. Também gostávamos que em vez de apresentar este saldo positivo o Senhor Presidente não tivesse recorrido ao PAEL, num contrato com contrapartidas exigentes para o Município, que hipoteca o seu progresso por catorze anos. Este tipo de gestão é, do nosso ponto de vista ruïnosa, mas o Senhor Presidente da Câmara apelida-a de rigorosa e de racionalidade. Neste momento deparamo-nos com um Concelho mais pobre, com mais dívida, com mais asfixia financeira e tudo isto condiciona a nossa liberdade enquanto cidadãos flavienses. Existem questões que gostaríamos de ver explicadas. O Senhor Presidente apresenta vinte e seis milhões de obra feita e nós não sabemos se este valor se refere a tanta obra que tinha projetado, que agora até está a reembolsar as empresas projetistas porque não as vai fazer e que deve resultar, porventura, do bom planeamento que foi feito. Para além das obras que foram interrompidas e cujas empresas projetistas a Autarquia está a indemnizar ainda tem uma série de outras que constam do Relatório de Gestão. É o caso do Plano de Pormenor do Parque de Ciência e Tecnologia, Quinta dos Montalvões, em que diz que o processo de elaboração se encontra suspenso com intenção de não se concluir o que significa mais uns milhares de euros de indemnização. Gastamos milhões em obras, mas parece-me que gastamos mais na parte da execução de projetos com as indemnizações que vão pagando relativos a obras que não são realizadas.

O Senhor Presidente refere a riqueza diferida, baseado nos fundos comunitários aprovados, mas espero que a Autarquia tenha a comparticipação nacional necessária para que estes projetos possam vir a ser executados. Uma coisa é o Senhor Presidente estar hoje aqui a dizer que a quantidade de riqueza diferida é esta e outra é encontrar forma de obter a comparticipação nacional. É que se não houver dinheiro para a comparticipação nacional a comunitária perde-se.



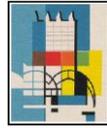
O Senhor Presidente foi aqui várias vezes questionado sobre a dívida à RESINORTE. No que respeita às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro os valores foram oscilando e o que nos é apresentado nos documentos em análise aponta para os 5.183.780,00€, dois quais estão inscritos no PAEL 650.792,00€, sobrando em termos de pagamento 4.393.000,00€, que conforme o acordo de assinado vamos andar a pagar cerca de três anos a cerca de 200 mil euros mensais.

No que respeita à diminuição das despesas com pessoal gostávamos de saber se as remunerações das pessoas que fazem prolongamento de horário, em animação sociocultural, em jardins-de-infância, etc. saem das mesmas rúbricas do restante pessoal ou não”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA pediu o uso da palavra para responder à Senhora deputada Paula Barros dizendo que as contas hoje aqui apresentadas não são do Presidente da Câmara, são do Município. São as Contas do Município de Chaves. Os documentos foram elaborados por técnicos idóneos e competentes e quem as coloca em causa, está a colocar em causa a competência dessas pessoas; são instruídas de acordo com as regras da legislação em vigor e são certificadas por um Revisor Oficial de Contas que esta Assembleia Municipal oportunamente aprovou. A Senhora deputada diz que gostaria que se fossem apresentadas outras Contas mas isso é a negação completa de uma política com rigor. As Contas não são apresentadas a gosto, porque, ou são ou não são e estas são as que efetivamente são e estão devidamente justificadas/fundamentadas com os respetivos documentos de suporte; a Senhora deputada, como candidata assumida à Câmara Municipal de Chaves devia saber isso. Acredito que gostaria que fossem piores, mas este ano apresentam bons resultados. E não vale a pena fazer aqui um discurso mais ou menos brilhante sobre os documentos, porque eles não se alteram. Também não me parece que maioritariamente as Juntas de Freguesia a tenham nomeado como sua provedora, repetindo continuamente o mesmo discurso. O bom relacionamento que tenho com as Juntas de Freguesia permite-me conversar abertamente com elas e sabem quando recebem e como recebem.

Na intervenção que fiz sobre a apresentação das Contas disse que foram lançadas ou concluídas obras no valor de 26 milhões de euros e a respetiva documentação consta do dossiê. A Senhora deputada, na qualidade de candidata, deve distinguir, desde já, o que são projetos e o que são obras. Dizer que um Plano de Pormenor é uma obra é confundir planos com obras o que afeta a credibilidade para vir falar de contas.

Referiu os proveitos e não verificou que na conta de proveitos já estão incluídos os Fundos Comunitários relativos a obras que já estão pagas e cujas participações ainda não foram recebidas. Estão lá identificadas. Também deveria saber que as obras, agora, têm de ter à partida a participação nacional porque a Lei dos Compromissos obriga a Autarquia a reservar a sua participação. A nossa vantagem está nas obras participadas pelos Fundos Comunitários que antes eram em 75% e passaram para 85%, diminuindo substancialmente a parte nacional, obrigando a um menor esforço financeiro por parte das entidades.



Quanto às despesas com pessoal eu não falei em diminuição mas sim em estabilização das despesas com pessoal em cerca de 25% dos custos totais, o que é diferente. Estamos aqui para esclarecer esta Assembleia e não para a confundir.

Estamos a apreciar Contas que nada têm a ver com o PAEL, que só entrará nas contas de 2013 e a Senhora deputada ao falar no Programa de Apoio está a tentar lançar areia para os olhos das pessoas.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS - pediu a palavra para direito de resposta.

“Quem gosta de lançar nuvens de fumo para esta Assembleia não é ninguém que está deste lado, mas sim o Senhor Presidente da Câmara. Sem ter em conta o pormenor da instrução porque não sinto que tem razão em relação aos outros. É só para que o Senhor se lembre que quando vem aqui querer atacar, por questões de pormenor, ou por questões de precisão semântica, os outros, sabe, no melhor tecido cai a nódoa e quando temos telhados de vidro devemos ter cuidado quando atiramos as pedras.

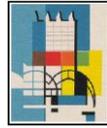
Venho a este palco fazer uma análise política das contas e não ponho em questão a capacidade técnica de quem as realiza e eu não tinha porque estar aqui a afirmar isto, mas quando o Senhor Presidente vem aqui responder, com toda a sua demagogia, provavelmente porque sabe que já não consegue que ninguém acredite em contas saudáveis da Autarquia flaviense, eu tenho de lhe lembrar que não é porque o Senhor aqui vem dizer que as contas são boas, que elas o são. E não é porque os técnicos as façam bem ou mal, mas elas refletem aquilo que foram as opções políticas de um executivo que é quem gere os destinos do Concelho, ou não? Queria ainda dizer-lhe, a título de preciosismo, o Senhor que é tão precioso, quando se refere à questão do preciosismo de que a despesa com pessoal não diminuiu mas estabilizou, foi de facto uma falta de precisão minha, mas o Senhor não respondeu à pergunta que lhe fiz. Se as pessoas que fazem prolongamento de horário sociocultural nos jardins-de-infância, por exemplo, se estão a auferir o mesmo que os demais, através da rubrica “Despesas com Pessoal”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões colocadas pela Senhora deputada começando por lhe agradecer o facto de lhe ter chamado precioso.

Estamos a tratar das Contas de 2012 e a Senhora deputada está a referir-se às Contas gerais da Autarquia. A dívida total da Autarquia não tem só a ver com as Contas de Gerência de 2012. Tem que ver com o total acumulado desde 1989

As análises políticas não alteram são números e os discursos que podemos fazer sobre os números podem variar. O discurso da Senhora deputada é o discurso generalista e vago, enquanto o meu é aquele que tem a ver exatamente com os números que aí estão, de acordo com a lei e devidamente certificadas.

Sobre a pergunta que colocou, sobre o prolongamento de horário, como a Senhora deputada sabe, até final do ano letivo, esse valor está incluído nas despesas com pessoal da Autarquia; a partir do momento em que passa a prestação de serviços deixa de estar nessa rubrica. O valor é de cerca trinta e cinco mil euros.



ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – disse que esta é a última prestação de contas da responsabilidade do atual executivo e que gostaria de fazer algumas considerações sobre as mesmas.

“Desta Prestação de Contas salta á vista a disparidade observada entre os valores orçamentados e os que foram, efetivamente, executados (50%). Para quem se diz paladino do planeamento e da execução, é habitual haver estes desvios sistemáticos. Há explicações que não convencem quem está interessado em planear e executar bem.

Verifiquei itens sobre os quais tenho algumas dúvidas: é o caso da diminuição das receitas correntes em 2,3%; o aumento das despesas correntes em 0,9%; diminuição das despesas de capital que, naturalmente vai refletir-se na atividade económica do nosso Concelho. Diz-se que a Autarquia passou a gerência de 2012 com um saldo positivo de três milhões de euros, que traduz uma execução efficientíssima, se não tivesse como contraponto as dívidas que ficaram de pagar e esta Assembleia municipal vai ter de se pronunciar sobre o ponto imediato, que é a dívida à RESINORTE. Esse assunto vai estar em discussão para transferir receita corrente e despesa corrente em despesa de médio e longo prazo. Vamos ter de pagar juros de 7.75% sobre cerca de cinco milhões de euros que a Autarquia, ao longo de alguns anos, foi deixando de pagar. Recebe as receitas provenientes da recolha dos resíduos sólidos, certamente destina-as a outros fins, faz despesa corrente e em seguida propõe-nos que façamos a transferência desta despesa corrente para despesa de médio prazo. Isso vai implicar que o executivo que vier a seguir tenha de pagar durante trinta e cinco meses.

Mas se formos ver a conta corrente das Águas de Trás-os-Montes encontramos uma dívida superior a seis milhões de euros. Certamente estas são aquelas que são mais evidentes e saltam à vista e se analisarmos em profundidade todas as outras rúbricas, temos um exemplo da boa gestão.

Não vi espelhado nas contas nenhum resultado da Empresa Municipal. Certamente estarão lá diluídas. Ao longo dos últimos três anos a Empresa Municipal e nomeadamente as Termas têm vindo a perder receitas; de 2011 para 2012 perderam 13,7%.É preocupante esta diminuição de receitas, quando têm sido feitos investimentos vultuosos e certamente necessita de ser mais reprodutivo.

Há um ano atrás, quando discutimos a questão das Termas de Chaves fiz aqui uma afirmação que foi contrariada pelo Senhor Presidente da Câmara e corroborada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Nessa altura disse que o Balneário das Caldas de Chaves começou a funcionar durante todo o ano, a partir de 1998/1999/2000 e foi dito nesta sala que não era verdade. Convido o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a ler o livro “A Magia da Áquea Fláviae”, publicada pelo Senhor Dr. Mário Carneiro em 1999 onde, na página 50, diz claramente: «o Balneário funcionou o ano passado (1998) todo o ano»”

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA respondeu ao Senhor deputado António Almeida, no seguimento da sua interpelação, que “efetivamente o balneário esteve aberto, mas quanto a funcionar é outra questão”.



O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões anteriormente colocadas pelo Senhor deputado António Almeida.

O Balneário das Termas de Chaves não pode funcionar todo ano seguidamente porque há sempre uma altura em que precisa de ser limpo, higienizado e tratado, o que em média implica um encerramento, no mínimo de três/quatro semanas.

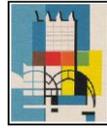
As Contas da Empresa Municipal têm tido resultados positivos e estão incluídas nas Contas municipais, conforme a lei. O investimento foi feito por necessidade e se não tivesse sido feito hoje o Balneário estaria fechado e não é isso que se pretende, muito pelo contrário.

Vou recordar uma coisa muito importante ao senhor deputado Almeida, que nunca veio aqui referir, mas que é do seu total conhecimento; a legislação que regula o funcionamento dos Balneários Termais alterou totalmente em 2004, permitindo que o termalismo clássico pudesse conviver com o de bem-estar e trouxe exigências em termos de funcionamento do Balneário, que antes não existiam. É desejável que o Senhor deputado faça essa justiça, a quem a partir daí, teve de adaptar o Balneário às novas exigências legais.

Sobre a questão da evolução, efetivamente, os tempos que vivemos levam a que as pessoas procurem menos os Balneários, mas se a quebra de receita no nosso complexo foi de 13%, a nível nacional a média geral ainda foi superior, conforme pode verificar na Associação das Termas de Portugal. Não podemos esquecer que o termalismo clássico, por virtude de uma menor comparticipação da ADSE, associado a outro tipo de dificuldades, tem diminuído, mas aumentou na vertente do bem-estar, apesar de o mercado ser cada vez mais competitivo. Nos últimos anos têm aparecido ofertas termais, sobretudo privadas, que retiram utentes às demais.

No que se refere aos documentos de Prestação de Contas, o Senhor deputado disse que o Orçamento tem uma previsão e uma execução e eu gostaria que me dissesse se existe algum Orçamento em que isso não seja assim. Quando se faz um Orçamento, faz-se uma previsão e na Prestação de Contas diz-se o que foi executado. Na apresentação desses dois instrumentos de gestão sempre referi que temos seguido o princípio de colocar a totalidade da dívida no Orçamento e, por essa razão, a diferença entre o executado e o previsto está aí incluída e é cabimentada no início de cada ano económico. A verdade é que 2012 tem resultados positivos em função dos proveitos obtidos; houve mais receitas do que despesas e isso está devidamente documentado.

As dívidas à RESINORTE e às Águas de Trás os Montes estão inscritas nos documentos. A situação das Águas e Resíduos é herança que assumimos em 2002, apesar de não concordarmos com a situação. Mas ao longo deste tempo sempre pagámos, quer à RESINORTE, quer à Empresa das Águas, aquilo que vimos recebendo dos utentes. No Relatório de Atividades verifica-se que só no ano de 2010, o Município de Chaves, em águas e resíduos, entre o que recebeu dos utentes e o que teria de pagar, teve um défice de dois milhões e quinhentos mil euros, sendo a média da diferença, em cada ano, superior a mais de um milhão de euros. Quando falam de herança e na preocupação com a herança que este Executivo vai deixar, devem lembrar-se e ter em conta, a herança que nós recebemos quando assumimos os destinos da Autarquia. Esta prestação de serviços aos utentes sempre resultou



numa despesa muito superior à receita que produz. É por essa razão que vamos fazer o acordo de transição.

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que relativamente aos tratamentos termais as entidades participantes – ADSE, SADE, PT etc. - continuam a participar os tratamentos dos beneficiários. O que foi psicologicamente devastador foi o cancelamento da comparticipação do Serviço Nacional de Saúde. E é psicologicamente devastador porque, apesar de participar em média o máximo de 30/40 euros por utente, era o maior utilizador do serviço termal e quando se tem a sensação de perda, por muito pouco que seja, as pessoas retraem-se.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – antes de entrar no assunto em discussão referiu a Unidade Local de Saúde, dizendo que o PSD sempre defendeu a sua criação e continua a defender. O Grupo Municipal do PSD felicita o Senhor deputado Francisco Taveira pela brilhante intervenção que fez e na qual se revê completamente, sobre esta matéria, da criação da Unidade Local de Saúde.

“Solicita-se, neste ponto da ordem de trabalhos, a aprovação pela Assembleia dos documentos da prestação de contas relativas ao exercício económico de 2012, que o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente.

Uma primeira palavra de apreço aos trabalhadores e serviços envolvidos neste esforço de apresentação dos documentos de prestação de contas 2012.

Uma segunda palavra de felicitação ao executivo municipal pela forma como as contas são apresentadas que entendemos, consubstanciarem duas das palavras mais proeminentes que o 25 de Abril de 1974 (*que amanhã celebra o seu 39º aniversário*) trouxe à vida política e que devem continuamente regular a atuação de quem tem por missão gerir os dinheiros públicos, isto é, a *responsabilidade* e a *liberdade*.

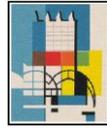
A Responsabilidade porque o nobre ato de apresentar contas antes de ser uma obrigação legal deve ser entendido como um dever, pois os munícipes tem o direito de saber com transparência, com rigor e de forma responsável como foram gastos os recursos, o que foi possível fazer e a justificação para o que correu menos bem.

A Liberdade porque a vida política é feita de opções livres e democráticas, de decisões transparentes e sem constrangimentos prosseguindo o interesse único da defesa intransigente do interesse público e do desejado desenvolvimento sustentável. A análise dos documentos de prestação de contas resulta sempre numa avaliação das opções políticas, anteriormente inscritas nos documentos previsionais do ano em questão.

Apreciar e votar documentos de prestação de contas não deve ser uma mera comparação de números, mas antes a apreciação da justeza das opções tomadas por quem gere o município.

Sobre esta matéria apraz-nos registar o seguinte:

A composição e ulterior execução dos Documentos Previsionais, exterioriza o propósito do Executivo Municipal em garantir e estimular a continuação dos pressupostos que propôs, procurando simultaneamente ir de encontro à satisfação das necessidades locais, em matérias tão diversificadas e fundamentais como a Ação Social, a Educação, Protecção Civil, Atividade Económica em Geral, Habitação,



Abastecimento de Água e Saneamento, Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza. Mas também na Cultura, no Turismo, nas Atividades Industriais, nos Transportes entre outras, traduzidas quer em atividades de natureza corrente, quer em investimentos constantes do PPI.

Parece-nos relevante realçar alguns aspetos principais, relativamente ao relatório de Gestão e Contas apresentado:

Desde logo, sublinhar ainda que as contas apresentadas pelo Executivo, e de acordo com a validação externa e independente dos Revisores Oficiais de Contas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos aceites e previstos no POCAL designadamente no seu artigo 6º.

No relatório de gestão estão plasmadas as diversas atividades, evidenciando e demonstrando o papel dinamizador e impulsionador que a Autarquia exerce, e deve continuar a exercer no seio da comunidade local, tentando ir ao encontro da satisfação das suas necessidades como fácil e indubitavelmente se comprova pelo “Resumo das Atividades e projetos mais significativos resultantes da gestão municipal de 2012, através das divisões municipais.

De realçar o investimento que o executivo municipal, realizou durante 2012, iniciando ou terminando um volume considerável de obras no montante de cerca de 26 milhões de euros.

Mas também sublinhar o aumento dos apoios à educação e os apoios Ação Social, contrariamente ao especulado, estes apoios não diminuíram antes pelo contrário, esses importantes apoios aumentaram.

Aumentou o apoio nas refeições, o apoio aos alunos, às operações de limpeza, o apoio das atividades programadas, o apoio às rendas de idosos e noutras muitas ações, como por exemplo o aumento das bolsas de estudo no ensino superior (de 20 para 25).

Mas há que enaltecer também o desempenho da gestão autárquica em 2012, no que concerne à área da gestão urbanística, em que foram emitidas quase 200 autorizações de utilização, das quais destacamos:

40 destinadas a comércio e/ou serviços

18 destinadas a habitação e comércio/serviços

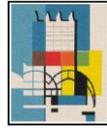
4 destinadas a empreendimentos turísticos e/ou equipamentos.

No processo orçamental destacamos, como resultado da execução do orçamento da receita, uma taxa de execução superior em 4,4% face ao exercício anterior, pese embora a diminuição da receita arrecadada em impostos diretos e o incremento da receita arrecadada em impostos indiretos.

No âmbito da despesa, a taxa de execução alcançada foi de 49,68%.

As despesas correntes apresentam uma execução de 72,38% e as de capital 35,48%.

Relativamente ao Processo Económico-Financeiro, o Balanço, reportado ao encerramento do exercício económico, reflete a posição financeira e patrimonial do município, apresentando devidamente agrupados e classificados, os ativos, os



passivos e os fundos próprios da autarquia. Assim destacamos relativamente ao exercício económico do ano anterior (2011):

No Balanço:

O aumento do Ativo Líquido (cerca de 154 M€)

O aumento dos Fundos Próprios (cerca de 70 M€)

A diminuição do Passivo (cerca de 84 M€).

Na Demonstração de Resultados, destacamos os resultados positivos obtidos, quer nos Resultados Operacionais (cerca de 2 M€), quer nos Resultados Financeiros (cerca de 315 mil€), quer ainda nos Resultados extraordinários (cerca de 700 mil€), obtendo-se um Resultado Líquido do exercício, também positivo em mais de 3M€ (Custos e Perdas – cerca de 27 M€. Proveitos e Ganhos – cerca de 31 M€)

Registamos ainda o aspeto extremamente positivo, no que concerne ao Ativo Imobilizado de 2012, do aumento do Imobilizado Bruto (para cerca de 224 M€).

Na Estrutura Orçamental e face ao resultado global apresentado, verifica-se uma execução coerente entre a receita e a despesa.

Para os resultados de execução orçamental apresentados contribuíram maioritariamente as receitas correntes, que atingiram 88%, conseguindo assim financiar as despesas correntes, cuja execução atingiu 72%, e ainda 16% das despesas de capital.

A despesa paga traduz uma eficaz gestão na arrecadação de receitas correntes ao permitir suportar as despesas correntes e canalizar a poupança para as despesas de investimento.

Importa ainda referir que houve uma diminuição dos subsídios e transferências para o município, provenientes acima de tudo do orçamento geral do estado.

Por fim mas não menos importante, sublinhar que da análise das Grandes Opções do Plano, referir que o nível de execução nos diversos objetivos/programa totalizou 30,41% nas Funções Gerais, 28,69% nas Funções Sociais e 23,91% nas Funções Económicas.

A finalizar, referir ainda que na estrutura do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) por objetivos, comparando os valores orçados finais, com os efetivamente executados, evidenciando quais as subfunções que mais contribuíram para o grau de execução total de 27,38%, cerca de metade dos gastos do Município, do investimento de capital, é consumido pelas funções sociais. As Subfunções que mais contribuíram para a execução do PPI, foram:

“Habitação e Serviços Coletivos”, cerca de 41% da despesa executada do PPI, verificando-se um acréscimo de 134% face ao ano de 2011;

“Ações Culturais, Recreativas e Religiosas”, cerca de 20 % da despesa executada do PPI e um acréscimo de 27% face ao ano anterior.

A análise dos dados contabilísticos e financeiros, não deve e não pode ser feita de forma independente e separada do cenário macroeconómico que o país atravessa, e que por diversas vias condiciona a atividade e atuação do executivo.

O executivo municipal tem cumprido na íntegra, também no que concerne à lei dos compromissos.

Da análise efetuada e demonstrada, que traduz a evolução da posição económica e financeira do Município, verifica-se que o desempenho da atividade municipal durante



2012 foi positivo, apesar da situação difícil que o País atravessa e que, inevitavelmente, afeta todo o território.

O Município enriqueceu o seu património, prestou serviços de qualidade aos cidadãos e realizou obra significativa, visível, útil e sustentável.

Face à atual situação económica vivida em Portugal, foram adotadas medidas de contenção de despesa sem, no entanto, condicionar a incessante tarefa de procurar a progressiva melhoria das condições de vida das nossas populações.

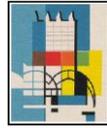
Em suma, porque a bancada do PSD entende que os documentos que são apresentados reúnem estas duas características, para além de revelar equilíbrio e coerência com o Plano que tinha sido anteriormente aprovado pela Assembleia, apelamos para que os mesmos sejam votados favoravelmente, saudando, uma vez mais, o executivo municipal pelos resultados alcançados”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU –disse que o Senhor Presidente da Câmara invoca uma herança do Partido Socialista relativamente à dívida à RESINORTE e às Águas de Trás-os-Montes, e as contas apresentadas, são assustadoras nesse aspeto.

“O que o Senhor Presidente da Câmara disse é que o orçamento do município tem um défice anual fixo que ultrapassa um milhão de euros, para além de ter um compromisso anual que provavelmente é superior a um milhão de euros, para pagar da dívida em atraso. O que se esperava era uma clarificação. Primeiro esperava-se que o município ao longo destes doze anos, em vez de ir caindo numa armadilha e num buraco fundo, conseguisse construir uma alternativa nesses aspetos. Segundo é a questão que se põe: se ficarmos com uma herança o próximo executivo dirá que a culpa foi do anterior, uma herança que certamente vai obrigar a introduzir subidas nos custos das águas e dos resíduos sólidos urbanos, incomportáveis para os municípes. O que o Senhor Presidente anunciou é uma parede na qual vamos bater e gostávamos de saber como conseguiremos evitar isso, excepto colocando os municípes, que neste momento não têm globalmente capacidade de suportar mais encargos, a resolver esta situação”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às duas intervenções havidas. Ao Senhor deputado Manuel Cunha disse que é por essa razão que se estão a fazer acordos. Já fizemos os acordos de transação relativamente à água e aos resíduos. A Câmara Municipal de Chaves, a partir da deliberação da Assembleia Municipal, realizada em 2001, onde maioritariamente deliberou aceitar integrar, a então RESAT e as Águas de Trás-os-Montes, não pode sair, a não ser por uma ação judicial, que nenhum município até à data requereu, dada a morosidade desses processos.

No que respeita aos resíduos havia um acordo, desde 2002, entre os municípios do Alto Tâmega, que já aqui expliquei, que só agora nos foi possível resolver e fazer novo contrato de recolha, com tarifas que são equivalentes com a receita que arrecadamos. Ou seja: provavelmente o défice em 2013 irá diminuir, porque as receitas e as despesas estarão em valores equiparados. Isto porque na recolha passámos a pagar menos cerca de 20,00€ por tonelada (em 16 mil toneladas/ano) e as tarifas de tratamento são também mais baixas; com a RESAT existia uma diferença de cerca de 20,00€ para mais. Por esse facto o Município de Chaves passará a ter uma diminuição de encargos superior a 200 mil euros/ano e o que



recebe dos utentes aproxima-se do que vai ter de pagar às entidades que fazem a recolha e tratamento dos lixos. Só na sequência deste acordo é que aceitamos continuar a pagar o que vinha de trás numa prestação que andarà à volta de 137 mil euros/mês. A situação com as águas foi diferente. Em 2008 Chaves tinha problemas de escassez de água para abastecimento e a partir daí passou a abastecer-se através da Empresa. Nessa altura as tarifas eram de 48 cêntimos/m³, igual para água e saneamento e neste momento está em 69 cêntimos/m³ a água e 76 cêntimos/m³ o tratamento de águas residuais. A diferença está aí. Este problema vai ser resolvido com a fusão, aprovada por Decreto-Lei, ao permitir que as tarifas baixem para os 52 cêntimos, aproximando-se do valor inicial, que é mais comportável para o Município. No final deste tempo e após várias negociações, estamos em condições de ter uma receita que continua deficitária no saneamento, mas que já é sustentável na água e nos resíduos. É nessas circunstâncias que fazemos estes acordos, comprometendo-nos a regularizar o atrasado e assumir o futuro; para os resíduos são prestações a pagar em 36 meses e para as águas é mais um ano.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 49 votos a favor, 4 abstenções (2 do PS e 2 da CDU) e 9 votos contra do PS. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4 – ACORDO TRANSAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE CHAVES E RESINORTE – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SA. PROPOSTA N 37/GAPV/2013.

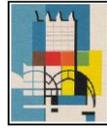
O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que já fez a apresentação desta Proposta com o ponto anterior.

DEPUTADO ROGÉRIO ALBERTO AMORIM REIS MOURA do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Quanto a este ponto tenho algumas dúvidas que gostaria me fossem explicadas. Em meu entender isto é mais uma dívida diferida para o futuro e durante três anos. Chamam-lhe um contrato mas não passa de um mero plano de pagamentos, porque num contrato de transação tem de haver concessão das duas partes e eu não vejo que a RESINORTE tivesse feito qualquer concessão e nem sequer perdoou os juros vencidos. Todo o valor em dívida que a Empresa reclama foi contemplado no plano de pagamentos. Para além de ter assumido também os juros já vencidos, os juros vencidos totalizam 422 mil euros, que, ao contrário do que é referido, não deixam de ser encargos financeiros a pagar em três anos. Ao haver juros vencidos no valor antes referido, a serem pagos em três anos, em nosso entender necessitaria do visto prévio do Tribunal de Contas, embora na proposta se diga que não.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao Senhor deputado dizendo que não questiona as questões de direito que estão por detrás deste acordo, acertadas entre os juristas do Município e os da Empresa RESINORTE. O mesmo se pode dizer relativamente ao visto prévio do Tribunal de Contas em que os juristas entenderam que o mesmo não é necessário e eu confio no parecer que me foi apresentado e acordado pelos juristas de ambas as partes.

Relativamente aos juros nós entendemos que devemos pagá-los porque são devidos e desta forma regularizamos totalmente a situação da dívida à Empresa.



Posta à votação esta Proposta foi aprovada com com 85 votos a favor, 9 abstenções (7 do PS e 2 da CDU) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 5 - TERCEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A EXTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS " INFORMAÇÃO/ PROPOSTA Nº78/SIS Nº05/2013.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que este Regulamento de apoio aos Estratos Sociais desfavorecidos tem vindo a ser adaptado em função das necessidades apresentadas pelas pessoas e esta última adaptação é para lhes dar a possibilidade de poderem pagar em prestações inferiores a 102 euros que é o limite que a lei determina.

Os juristas da Autarquia entenderam que a solução passaria por alterar este Regulamento permitindo às pessoas pagar as suas dívidas durante mais tempo e em prestações menores. Para a Autarquia também é melhor receber a totalidade, mesmo em mais tempo, do que não receber nada.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6 – CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE AGRO-INDUSTRIAL DE PRODUÇÃO DE COGUMELOS E PEQUENOS FRUTOS, SOBRE O PRÉDIO URBANO SITO EM VALE DE SALGUEIRO E CAMPO QUEIMADO, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES, DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O Nº 4314/20130109, INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL RESPECTIVA SOB O ARTIGO P3211.ALTERAÇÕES SUBSTANCIAIS À PROPOSTA Nº 12/GAPV/2013.

SUPERFICIÁRIO: G.F.W. – GROWING FRESH WORLD, S.A. PROPOSTA Nº. 39/GAPV/13

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta já foi discutida na última sessão desta Assembleia Municipal e que o documento que agora vem para discussão contempla quatro alterações, relativamente à anterior.

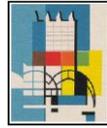
Essas alterações prendem-se: 1º com o terreno disponível que passou a ser de apenas cinco hectares, dado que foi possível registar na Conservatória do Registo Predial essa área à parte; 2º foi fixado um valor inicial de 10 cêntimos; 3º o direito de superfície desceu para 30 anos; 4º o valor final de aquisição passou a ser de um euro.

Gostaria de recordar a esta Assembleia Municipal que os primeiros quinze hectares que a Autarquia adquiriu naquela zona foram precisamente a 1€/ m2.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que a CDU é favorável ao investimento no Concelho e a que a Autarquia tome iniciativas que favoreçam o seu desenvolvimento.

“ A CDU, apesar de ser um Grupo Municipal pequeno, congratula-se e apesar de esta Proposta ter sido aprovada por unanimidade na Câmara, que tenha sido retirada após as interrogações colocadas por nós na última Assembleia Municipal. Ao retirá-la é



assumido que alguma coisa não estaria bem na Proposta inicial e, afinal, foi possível introduzir-lhe modificações em alguns aspetos, nomeadamente: o prazo passou de 50 para 30 anos; no valor, que em nosso entender, continua a ser discutível, mas ao passar de um cêntimo para um euro, aumentou cem vezes, e a aquisição do terreno, se vier a ser feito desta forma, representa 45 mil euros em vez dos mil euros iniciais. Estranhámos que a Câmara e todos os seus vereadores não tenham questionado estas situações no início, porque facilmente a Empresa aceitou as condições que lhe continuam a ser muito favoráveis e a gestão da coisa pública é a que resulta para o melhor interesse do Município.

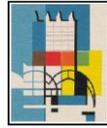
Continuamos com pena que não tivesse sido possível negociar que os jovens investidores sejam do Concelho de Chaves. Entendemos que este empreendimento continua, no essencial, extremamente interessante para a Empresa, que fará um investimento mínimo em condições que lhe são favoráveis; a criação de postos de trabalho, os direitos, horários e condições não estão acautelados no acordo.

Pessoalmente acho completamente ridículo e infeliz que no texto justificativo, elaborado pela Autarquia, se diga que quem dá credibilidade à Empresa é o Senhor Presidente da República por visitar a Empresa Sousacamp”.

ANTÓNIO JORGE PINTO DE BARROS do PS – disse que certamente não haverá ninguém que se oponha a este tipo de iniciativas, que todos defendem os fundamentos da Proposta em apreciação e que o Partido Socialista se for Câmara também os defenderá; trazer postos de trabalho, aumentar a produção agrícola no Concelho e valorizar o património público.

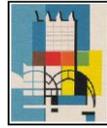
“Ao estarmos a fazer um contrato em que cedemos o direito de superfície a uma empresa privada só o poderemos fazer, mediante benefícios e esses benefícios serão para as gentes do Concelho de Chaves, naturalmente; criação de emprego e fomento da produção agrícola. Para o fazer temos de ter em atenção o formato legal pelo qual queremos atingir os objetivos. Temos um caderno de encargos que aqui nos é proposto e que tem algumas cláusulas, em nosso entender, mal pensadas. É o caso do art.º 2º que elenca as obrigações inerentes ao interesse público e relativamente ao projeto; na cláusula primeira, das várias obrigações ali discriminadas, em nenhum ponto se refere a obrigatoriedade da criação de postos de trabalho, apesar de o documento que nos foi entregue, relativo à apresentação deste projeto dizer que o emprego total a criar será de 150 postos de trabalho. Ora o caderno de encargos para aprovação não refere essa obrigatoriedade. Há, sim, a obrigatoriedade de apoio a trinta e seis jovens empresários, mas isto não são postos de trabalho e mesmo que assim fosse, dos trinta e seis para os cento e cinquenta há uma grande diferença.

Se um dos objetivos é a criação de postos de trabalho deveria ser enxertada neste art.º nº. 2 uma cláusula que, expressamente, obrigasse a entidade que vai obter esse direito de superfície, a vincular esses postos de trabalho, que teriam de ser efetivos durante um prazo mínimo e com alguma garantia do cumprimento desse objetivo. No art.º 6º deste Caderno de Encargos, no seu nº. 1 diz-se que este direito de superfície não poderá ser transmitido a terceiros, sem autorização expressa da Câmara Municipal e muito bem; o nº. 2 diz que no termo do direito de superfície, há a hipótese de que a entidade que vai usufruir desse direito, neste caso a GFW, poder adquirir a



raiz do imóvel, no final dos trinta anos, com o que concordamos; quanto ao valor de 1€/m², não obstante o Senhor Presidente da Câmara ter dito ser precisamente o valor de aquisição daqueles terrenos, por parte da Autarquia, também nada a apontar, contudo, o n.º 3 coloca-nos a seguinte questão, ao dizer: «logo que o conjunto agro-industrial se encontre concluído, ainda que no decurso do prazo do direito de superfície, a raiz do prédio poderá ser adquirida nas condições definidas no n.º 2 anterior». Isto quer dizer que existe um prazo para construção deste empreendimento que, por motivos de vária ordem, pode ser de dois anos. Entretanto o promotor constrói as edificações nos dois anos, mas, segundo este número, o prédio pode ser adquirido ao fim de dois anos. E essa aquisição ao fim de dois anos não implica criação de postos de trabalho, não implica início de produção, e permite-se aqui a uma Empresa privada a aquisição de património público, pela módica quantia de quarenta e dois mil euros, no final de dois anos. Aqui o Partido Socialista propõe duas alterações: 1.º que se condicione a aquisição do prédio à criação dos cento e cinquenta postos de trabalho; a criação destes postos de trabalho deve ser condicionada ao mínimo de três anos seguidos e com um período de carência de dez anos. Antes do decurso do direito de superfície e entidade poderá adquirir o prédio só ao fim de dez anos, e mediante a criação de cento e cinquenta postos de trabalho. Isto porque se é este o objetivo e os fundamentos que estão na Proposta da Autarquia – criação de postos de trabalho, valorizar património público e fomentar a produção agrícola – não nos parece que esta cláusula vá nesse sentido. Abre a porta exatamente no sentido contrário. Ainda neste art.6.º o n.º 4 repete, em meu entender, o que foi dito no n.º 1 «a transmissão entre vivos, o direito de superfície carece do consentimento da Câmara Municipal, sob pena de ineficácia»

Um outro ponto e não menos importante é o art.º 9.º do Caderno de Encargos que nos diz o seguinte: «são inoponíveis às entidades financiadoras do empreendimento, objeto do direito de superfície, referido no n.º.1, as normas deste Regulamento que condicionem a transmissão, intervivos, dos edifícios construídos, permitindo-se àquelas entidades a sua livre alienação, na sequência do processo resolutivo. Em caso de resolução subsistem os direitos de hipoteca registados a favor das mesmas entidades financiadoras». Nós compreendemos que este tipo de empreendimentos dependa do financiamento e a banca não dá nada a ninguém. Financiará um projeto destes se tiver uma taxa de juro equilibrada de cerca de 100%, certamente, o que significa que a banca não perde e que vai ter um direito que se sobrepõe ao direito da Câmara Municipal. A Empresa GFW que vai beneficiar deste direito de superfície e chega à conclusão que o projeto não é viável, mas para se financiar teve de constituir hipoteca sobre este prédio; isto significa que se a Autarquia quiser reaver o prédio urbano, vai reavê-lo onerado por hipotecas a favor das entidades bancárias. E eu pergunto: as entidades bancárias vão prescindir dessas hipotecas? Não acredito. Se houver um processo executivo e se estes prédios forem vendidos no decurso desse processo, a pessoa que os adquirir está livre de prestar contas à Câmara Municipal, que é a verdadeira proprietária da raiz do terreno. Isto levanta questões que suscitam dúvidas, sobretudo tendo em conta que estamos na gestão do património público e que esta gestão tem de ter sempre em conta o fomento de produção agrícola e a



criação de postos de trabalho. Tendo em conta tudo isso não se compreende porque é que estas situações não foram acauteladas neste caderno de encargos.

Nós propomos que sejam incluídas neste contrato estas cláusulas que acabei de referir, quanto mais não seja para impedir estas hipóteses que aqui levantámos e que podem acontecer, nos termos do caderno de encargos apresentado”.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse que valeram a pena as preocupações e os reparos que foram levantados na última Assembleia Municipal, relativamente a este assunto.

“Felicitamos o Senhor Presidente da Câmara por ter retirado a anterior Proposta, porque até tinha a garantia da sua aprovação. Isso foi importante porque entretanto foram definidas uma série de situações. Na última Assembleia Municipal havia um prédio urbano com cem mil metros quadrados, dos quais cinquenta mil seriam ocupados pelo empreendimento e havia a dúvida se no ato da aquisição a empresa fazia a aquisição dos dez hectares ou se fazia a aquisição apenas de cinco hectares. Não havia uma renda e agora o superficiário vai pagar uma renda acima de quatro mil euros, cujo pagamento é imediato, apesar de entender que a Autarquia deve disponibilizar terrenos públicos para investimento, criação de riqueza e postos de trabalho, sem qualquer entrave. O valor pelo qual o terreno pode ser vendido é substancialmente superior – dez mil por cento mais. Antes era por um cêntimo o m2 e agora é a 1€/m2 e isto é substancial mais.

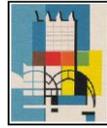
Apesar de tudo eu continuo a ter uma grande dúvida e que é: um terreno urbano a quem se atribui um valor de 585 mil euros pode ser, no final de dois ou três anos, vendido por 42.596,00€; há aqui uma diferença substancial entre o valor real e o valor por que pode ser vendido.

Qual é o valor real do investimento realizado por esta Empresa? É superior ou inferior a 585 mil euros?

Apesar de aceitar a proposta que o Senhor deputado António Jorge Pinto de Barros fez, entendo que a uma Empresa que está interessada num negócio que, provavelmente é lucrativo, o simples direito de superfície de um terreno, durante trinta anos, e de forma gratuita, era mais do que suficiente para fazer o investimento”.

ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – disse que esta Proposta em discussão vem agora algo melhor do que aquela que foi apresentada na última Assembleia Municipal, mas que ainda suscita algumas dúvidas.

“Numa sessão de esclarecimento que foi realizada nesta sala no último sábado, à qual assisti com bastante expectativa, porque este será um projeto interessante para o nosso tecido empresarial, na área agroalimentar. Eu, como a maioria dos que assistiram a essa sessão, saí daqui com uma sensação de frustração, com os esclarecimentos prestados pelos putativos investidores. Os vários pedidos de esclarecimento solicitados não tiveram resposta dos oradores que representavam a Empresa promotora. Teve alguma qualidade a intervenção prestada pela Senhora Vereadora Ana Coelho, na informação do Programa e também foi importante a informação prestada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhor Arquiteto António Cabeleira, que ambos foram bastante precisos nas suas explicações.



Só estou a chamar a atenção para este facto porque me pareceu um processo pouco transparente e algo a ter em consideração. O investimento será bem-vindo, desde que seja sério e para o bem das nossas populações. Eu não queria ser acusado de delapidar o património municipal com uma decisão pouco estudada e tomada de ânimo leve. Foram colocadas aqui questões pertinentes por pessoas interessantes que disseram terem contactado a sede da empresa a pedir esclarecimentos mas não lhe foram prestados. Deixo o alerta para que os interesses dos nossos agricultores sejam devidamente salvaguardados”.

NORBERTO DA COSTA SANTOS do PSD – depois de cumprimentar os presentes usou da palavra para dizer o seguinte:

“Em anteriores intervenções, sobre o tema da agricultura e sector primário, expressei a opinião de que a agricultura é um sector estratégico e que se encontra na primeira linha da batalha do desenvolvimento sustentável. É um instrumento de combate à pobreza, através do qual podemos eliminar, a carência alimentar e erradicar a insegurança alimentar, quer temporária quer permanente e é também, uma forma de atenuar o desemprego que nos flagela.

Hoje, estamos a debater a proposta da autarquia para a constituição do direito de superfície, para instalação de actividade agrícola na zona industrial.

É indubitável que a administração, quer a central quer a local, devem agilizar os processos para facilitar, a instalação de capacidade produtiva agrícola, que potencialize a colocação de produtos, nos mercados externos. Contribuindo para a sustentabilidade das empresas nacionais, permitindo a criação de emprego, fixando população no meio rural ou no interior, tentando amenizar os desequilíbrios regionais e nacionais.

O equilíbrio da balança comercial de produtos agrícolas, deve ser encarado, como um objectivo claro e prioritário para o país.

A agricultura é o sector que mais rápidos contributos poderá prestar a Portugal, no seu desenvolvimento, na recuperação económica e financeira.

E tanto assim é, que o sector agroalimentar foi o único a crescer 2,8 % em 2012.

Com a implementação do projecto, estão previstos investimentos na ordem dos 12 milhões de euros, que decerto animarão a economia local; numa primeira fase será o sector da construção e conseqüentemente, as actividades conexas sairão beneficiadas, assim como o emprego nesse sector.

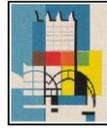
Mas o projecto não é só benéfico para o sector da construção e para o emprego, pode ser um aliciante para investidores externos, se fixarem no nosso concelho e aqui investirem.

Numa segunda fase do desenvolvimento do projecto, haverá a transferência de Know-how da produção, num sector de actividade muito exigente.

Tendo em atenção que a empresa pretende exportar, os produtores terão na sua retaguarda uma equipa com muita experiência, que lhes permitirá a obtenção de produto de qualidade a custos competitivos.

E é este Know-how, que paulatinamente será passado para cada um dos empreendedores, e é este “saber fazer” que é a parte mais valiosa do processo.

Temos portanto hipóteses, num futuro mais ou menos próximo, de criar as bases para um possível cluster de cogumelos na nossa Região.



E já agora permitam-me deixar um repto.

Com a capacidade de frio instalado, com o conhecimento dos circuitos de comercialização, com o conhecimento do mercado, porque não alargar a comercialização a outros tipos de frutos e/ou legumes?

O direito de superfície do terreno, vem abrir caminho para esta enorme potencialidade de produção, de comercialização, de aprendizagem, de emprego, assim os seus actores saibam aproveitar esta oportunidade. A bancada do PSD votará a fdesta Proposta”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às intervenções havidas sobre este assunto.

As dúvidas colocadas são legítimas e algumas delas podem ser mais ou menos pertinentes. Na questão do terreno eu pergunto a esta Assembleia se acham que possa haver alguma Empresa, a investir doze milhões de euros em pavilhões, para produção de cogumelos, que depois deixa ao abandono só para ficar com um terreno pelo valor de 42.596,00€.

Como sabem, legalmente, a Assembleia Municipal não pode alterar propostas da Câmara Municipal. Tê-lo-iam feito corretamente se tivessem entregues as vossas sugestões/propostas aos Senhores vereadores para as analisar na reunião da Câmara e poderem ser introduzidas na Proposta. Aí sim isso seria viável. Hoje aqui não o é. Há uma proposta que será votada e será ou não aprovada. Isso faz parte da boa gestão da coisa pública em termos de funcionamento dos Órgãos municipais.

Na questão dos candidatos serem ou não de Chaves, não existe a possibilidade de se poder colocar uma cláusula a obrigar que sejam do Concelho. Perante as atuais leis da concorrência isso não é viável. Há uma garantia que foi dada na sessão de esclarecimento: não haverá nenhum empresário de Chaves que queira participar no projeto que fique de fora; nem que a Autarquia tenha de lhe disponibilizar terreno ao lado daquele. Essa é uma garantia. Não podemos esquecer que a Empresa principal faz o investimento, apoia os 36 jovens agricultores e cada um deles vai ter maioria na empresa a criar com essa central. Quem vão ser os responsáveis do emprego são os 36 empresários e tanto podem criar 150 postos de trabalho como até mais. A Empresa mãe será responsável pelo centro logístico de recolha e comercialização dos produtos. O mesmo acontece com as hipotecas. Quem vai ter responsabilidade na construção são essas trinta e seis unidades, em que a maioria é do jovem agricultor que, se porventura, a hipotecar à banca será nominalmente.

Informo o Senhor deputado Anselmo que o investimento é de doze milhões de euros, e quem avalia não é a Autarquia, mas sim as Finanças através de formulários próprios.

Agradeço ao Senhor deputado Norberto Santos os esclarecimentos que prestou, porque é alguém que conhece o meio pelo seu trabalho diário.

Ao Senhor deputado António Almeida quero informá-lo que eu estive presente na sessão de esclarecimentos e também pude apreciar que este Auditório estava cheio de pessoas que vieram de Aveiro, Braga, Porto e muitos outros lugares. E pude apreciar que estavam aqui presentes quatro espécies de público. Havia um que pensou que isto era uma ação do Governo e traziam a “Grândola Vila Morena ensaiada” mas não a cantaram; Havia outro que vinha na expectativa de ver o que se



discutia e havia alguns que traziam expectativas tão altas, que até perguntaram onde tinham casa para morar enquanto o empreendimento era construído; havia outro constituído por pessoas que ouviram e que no dia seguinte se dirigiram à empresa para mostrar o seu interesse. O que aqui está em causa não é a sessão de esclarecimento mas sim o que virá a acontecer.

Se o investimento total estiver feito em menos tempo do que o da concessão, significa que funcionará antes do previsto; pretendemos que esses jovens agricultores tenham a sua unidade a produzir e isso não significa que tenham de ser logo as 36. Podem ser faseadas e desde que haja o número mínimo podem começar a produzir e a comercializar o seu produto, com as mais-valias daí resultantes.

ANTÓNIO JORGE PINTO DE BARROS do PS – usou de novo da palavra para dizer que o PS não quer de forma alguma inviabilizar este projeto só porque é uma proposta da Câmara.

“Concordamos com os fundamentos desta Proposta, concordamos com este tipo de investimento, mas a forma como ele é proposto, na nossa perspetiva, não é a mais correta. O Senhor Presidente questiona: Será previsível uma Empresa que faz este investimento fazê-lo só para ficar com o terreno? Eu não sei se é normal ou se será de prever, mas cabe-nos precaver-nos contra aquilo que possa acontecer.

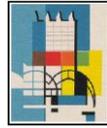
Houve uma Empresa – a Eco betão – que fez um investimento de seiscentos mil euros na estrada nacional que liga a Vidago que laborou um ano e depois fechou; o túnel do Marão que era um investimento enorme, que agora não vai ter continuidade. Há um sem número de empreendimentos e de projetos que à partida são para executar totalmente, que tem todo o financiamento assegurado e que depois não resultam.

A atenção para a qual estamos a chamar, e não discordamos dos benefícios deste projeto, mas o que nos cumpre fazer é chamar a atenção para a probabilidade, séria, de estarmos a perder um património público, e não virmos a usufruir do investimento para que foi atribuído. A função social da Câmara, na criação de postos de trabalho não está assegurada porque não há certeza de que o investimento vai ser efetuado na sua totalidade e eu não quero desconfiar das pessoas.

A Sousacamp é uma Empresa que merece crédito mas quem está à frente no negócio é a GFW que nós desconhecemos. Então porque não é a Sousacamp a assumir este investimento? Seria uma solução alterar este Caderno de Encargos para a Sousacamp e quem está de boa-fé agir de boa-fé e os contratos servem para acautelar e resolver situações”.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. TOMÁS GONÇALVES do PS – disse que há um princípio geral de direito, na elaboração dos contratos, que é o da boa-fé entre as partes.

“Esse princípio tem subjacente outro que é o da transparência na elaboração dos contratos. O Senhor Presidente veio aqui dizer que não é concebível que uma Empresa que tem doze milhões de euros para investir, vá depois dar de barato, esse investimento. Eu queria perguntar-lhe muito claramente qual o documento do qual emana essa obrigação. Porque deste que hoje aqui estamos a analisar, não emana a obrigação desta empresa investir os milhões referidos. Como já foi referido, o que emana deste Caderno de Encargos é que basta estarem lá os armazéns e os taipais



para a Empresa poder adquirir o terreno, que é urbano, apto para construção, pelo valor de um euro o m².

A GFW, SA de quem desconhecemos o valor do seu património, se tem dívidas fiscais, ou a terceiros, e tendo credores e não pagando as dívidas, fica com um bem valioso que pode ser penhorado e que se chama direito de superfície, sobre o qual a Autarquia não pode reagir. Eu não estou a colocar em causa o investimento nem os postos de trabalho mas não contaram com o meu voto enquanto questões fulcrais como estas não estiverem liminarmente dissipadas”.

PAULA CRISTINA BARROS T. SANTOS do PS – usou novamente da palavra para dizer que não concorda com determinadas afirmações aqui proferidas.

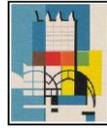
“ O investimento para Chaves será sempre bem-vindo; a Câmara Municipal deve ser um elemento facilitador, mas não deve penhorar o património dos flavienses, sem o rigor e a transparência que deve ser exigida. Eu também estive na sessão de esclarecimento e nada está em questão relativamente ao investimento. Mas o Senhor Presidente não deveria ter dito que também aqui esteve «na ótica do agricultor» porque me parece que o Senhor esteve aqui na ótica do observador/catalogador. Foi como catalogar um público que estava atrás de si e eu não sei em qual dos quatro grupos me engloba, mas que dizer-lhe que não me revejo em nenhum deles. Quero perguntar-lhe se ficou satisfeito com a sessão. Não se ficou satisfeito com o desempenho do seu Vice-Presidente.

Quero saber se enquanto Presidente do Executivo e o Senhor Vice-Presidente, que estive na mesa, ficaram satisfeitos com o desempenho dos supostos promotores deste investimento, que foram incapazes de esclarecer uma dúvida que fosse. Interessa-me pouco se as pessoas que levantaram questões o fizeram por esta ou aquela razão, mas eu ouvi questões fundamentadas e de gente que me pareceu que veio aqui com vontade de perceber de facto. Questões como qual o montante do investimento inicial, do período do tempo de retorno do investimento, de quanto é que cada um dos 36 empresários teria de avançar à cabeça; eu ouvi pessoas a pedir que fosse dita a verdade, ao que vinham, e não ouvi nenhuma resposta.

Isto não tem a ver com a Autarquia. Nós estamos aqui a dizer que o papel que a Autarquia está a querer ter neste processo já o devia ter tido há muito tempo, porque é importante que isto aconteça, mas é importante que aconteça com regra e com a transparência que é devida a quem gere a coisa pública. Não estamos a dizer que não o queiram fazer. Isso não está em questão. Não queremos é participar de uma decisão em que percebemos que há um conjunto de questões que já aqui foram elencadas e não as vou repetir, que não estão esclarecidas.

Não esquecer que a sessão pública de esclarecimento ocorreu muito depois da última reunião de Câmara, onde esta questão foi aprovada e, em nome da transparência, sei que não podemos alterar aqui a Proposta mas também sei que se quiser e houver boa vontade, há oportunidade de a alterar, aceitando as sugestões/propostas apresentadas. A Assembleia Municipal não perdeu a sua possibilidade de participar.

Quero perguntar se o Senhor na qualidade de Presidente da Autarquia, como “patrocinador” deste investimento, ficou satisfeito com as respostas dadas na sessão de esclarecimento e devia ser o primeiro a exigir da entidade promotora”.



MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – usou novamente da palavra para perguntar como é que a Autarquia, depois de ter feito o primeiro acordo chamou a empresa e lhes disse que a Assembleia Municipal não concordou com a Proposta apresentada.

“Não entendo bem que tivesse havido um acordo e de repente a Empresa, que teoricamente dá a impressão que nos vem fazer um favor, aceita um acordo fundamentalmente distinto. Gostava de ter assistido à negociação para perceber o que ali foi dito.

Começou por aparecer uma empresa que ninguém sabia quem era, depois veio a saber-se que está associada à Sousacamp e por último sabe-se que o Banco Espírito Santo que financia. São informações que nos vão sendo fornecidas.

Eu também não estive na sessão de esclarecimento mas conversei com pessoas, imparciais, que lá estiveram e me disseram que ficaram desiludidas com as explicações dadas; não as do Senhor Vice-Presidente da Câmara que até as entenderam e estiveram à altura das circunstâncias, mas as que foram dadas pelos representantes da Empresa. É a esta Empresa que vamos alienar o património municipal? Há aqui qualquer coisa que me escapa e de uma vez por todas seja explicado o investimento em todas as suas vertentes”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões colocadas anteriormente.

“Começo por responder ao Senhor deputado Manuel Cunha, e mais confundido estou eu, com a mania que muita gente tem de que é mais transparente, mais sério e mais honesto do que os outros, o que não aceito de maneira nenhuma e vir aqui sistematicamente fazer essas afirmações é uma situação que não entendo.

As pessoas que estiveram na sessão de esclarecimento e que não entenderam as explicações dadas pelos representantes da Empresa interessada no investimento devem dirigir-se a essas mesmas pessoas e pedir os esclarecimentos sobre aquilo que não entenderam. Eu defendo as ideias com clareza, convicção, transparência e honestidade; a honestidade e a transparência não são feitas em escalões. Ou se é ou não se é. Vir aqui apregoar que se é mais honesto, mais transparente e mais sério do que os demais não é aceitável.

Quando na última Assembleia Municipal foi retirada a Proposta eu expliquei o porquê e o Senhor deputado Manuel Cunha leu e explicação dada, na respetiva ata.

Surgiram dúvidas e eu próprio, entendendo que não deveriam ficar dúvidas, retirei a Proposta. Mas este documento foi retirado no dia 27 de fevereiro e entretanto não chegou nenhuma proposta que pudesse aportar alguma modificação. Hoje vem a este Órgão com as alterações que nos pareceram corretas mas a obrigação de quem discordou era apresentar alternativas.

Perguntei às Senhoras deputadas se entendem que possa haver alguma Empresa que faça um investimento destes para depois ir embora. As Senhoras deputadas disseram nas suas intervenções que eu fiz uma afirmação. Ora uma pergunta não é uma afirmação. Também não respondo pela Empresa nem tenho que responder. O que está em causa é um investimento no Município de Chaves, nas condições apresentadas no respetivo caderno de encargos e entendo que é uma oportunidade que não deve ser perdida.



Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 58 votos a favor, 5 abstenções (2 da CDU e 3 do PS) e 11 votos contra (2 da CDU e 9 do PS). Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O Senhor deputado **Anselmo José Martins** apresentou a seguinte declaração de voto: “Quero que fique bem presente que sou favorável a todo o investimento que se faça neste Concelho, que crie riqueza, que crie postos de trabalho. Mas também quero que fique ciente esta Assembleia, de que apesar de todo o meu desejo de que o investimento corra rigorosamente tal qual a Câmara o defende e é desejo de todos nós que corra corretamente. Caso não corra eu não serei cúmplice do que possa correr mal, razão pela qual não votei a favor, nem votei contra e absteve-me”.

O Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** da CDU apresentou a seguinte declaração de voto: “A CDU reafirma que o seu voto contra nada tem contra o investimento em cogumelos ou em qualquer outro produto que seja útil para a região, mas é uma forma de não aceitar o método e a forma como este processo foi desenvolvido e um acordo que, no nosso entender, não deixa devidamente acautelado o interesse do Município e dos munícipes neste acordo”.

O Senhor deputado **António Jorge Pinto de Barros** do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “Eu também venho só justificar o meu voto contra esta Proposta aqui apresentada, não pelos fundamentos da Proposta, como já referi há pouco, mas porque não deixa acautelado a manutenção do património público, naquilo que é público, e não prevê essa alienação com benefícios para os munícipes. Eu penso que não está previsto e abre a porta a uma hipótese de não controlarmos aquilo que, para já, ainda é nosso.

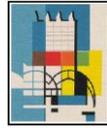
PONTO 7- PLANO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº 90/DDSTC/13.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que esta Proposta é um documento que já esteve em Conselho Económico e Social, esteve em discussão pública, foi de novo ao Conselho Económico e Social, foi aprovado em reunião de Câmara e vem a esta Assembleia para se pronunciar sobre ele.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS do PSD – começou a intervenção dizendo que há momentos viu uma atitude, que partiu de pessoas que fazem parte desta Assembleia Municipal, dirigida a pessoas que muito estima e que são inadmissíveis. Partiu da senhora deputada que há pouco fez uma intervenção sobre o ponto discutido anteriormente, e que teve uma expressão e um gesto que são de lamentar. Disse «tanta pressa». É terrível pertencer a um Órgão tão digno e assistir a este gesto e a esta observação; isto coloca em causa a dignidade das pessoas que estão à frente da Câmara Municipal. Isto não se faz a ninguém.

“Começo por apresentar o Plano de Ação para o Desenvolvimento dos Territórios Rurais – PRORUR de Chaves. É preciso em primeiro lugar contextualizar o que são e o que aconteceu a estes meios. Nas últimas décadas aconteceu o declínio destas zonas, sobretudo nas duas últimas. Isto aconteceu derivado ao êxodo rural, através de motivações subjacentes, relativamente à realização de aspirações pessoais, de modelos de vida e de hábitos de consumo urbano, difíceis de concretizar nesses

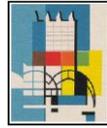


meios. Diretamente porque os meios rurais são regiões onde não há oportunidades de emprego, onde os setores do mundo de trabalho não estão à altura das expectativas da maioria das pessoas que aí residem e onde as oportunidades têm de ser procuradas no litoral ou nos grandes centros urbanos, o que pressupõe perder os seus melhores meios – os jovens.

No plano demográfico deu-se o envelhecimento; a taxa de natalidade reduziu drasticamente e as terras foram abandonadas; ao nível económico deu-se a paralisia do investimento produtivo; socialmente desvitalizou-se a vida de relação e degradou-se o ambiente; politicamente deu-se a diminuição do peso eleitoral e perdeu-se força política reivindicativa. Contudo, os meios rurais são entidades plurais, condicionalismo que levanta para generalizações, e são também entidades muito disciplinares, logo são o estudo das ciências sociais. Aqui, este documento teve o contributo de várias ciências. Outra característica é que são entidades dinâmicas e o exemplo é a emigração. Este fenómeno social interferiu e continua a interferir com os aspetos económicos, políticos, demográficos e culturais. Fenómenos como a emigração, o desemprego ou a pobreza, são problemas sociais e, por isso, influenciam sempre os meios rurais como entidades integradas numa comunidade global. Logo o local é sempre condicionado pelo global. A mudança é uma componente intrínseca dos meios rurais, mas sempre de origem exógena. Os fenómenos sociais em meios rurais resultam sempre da confluência de duas lógicas causais; a lógica exógena, onde os processos de mudança aos desenvolvimentos são de natureza macro e a lógica interna, onde existem as especificidades próprias de cada meio rural. Os meios rurais são singularidades. A génese e o formato das comunidades rurais resultam sempre destas duas lógicas.

Entre a cidade e o campo há no entanto uma complementaridade, apesar do campo ser um espaço dominado, dependente e subordinado pelas assimetrias. Os níveis de vida são diferentes e estabelecem-se relações de centro/periferia; os meios rurais ficam sempre a perder. Deu-se e continua a dar-se a entropia. Vão tirando sempre o que de melhor têm os meios rurais. A rurbanização é o processo que se pretende como uma das várias respostas para estes problemas, isto é: fazer com que as pessoas que saíram, em tempos, regressem mais tarde ao seu antigo espaço. Será com os que ficaram e com aqueles que voltarão que queremos construir um futuro melhor para os meios rurais; aproveitar as especificidades de cada comunidade em complementaridade com a natureza macro, será certamente a chave para estas ações que se pretende seja caminhos a percorrer. Assim, o Plano agora apresentado constitui um conjunto de intenções ou propósitos que visam o âmbito do desenvolvimento rural, orientado numa base de proximidade com as populações, que pretendem contribuir para a realização pessoal e coletiva, dando-lhe o sentido comunitário e prevenindo, eventualmente, situações de exclusão ou marginalidade.

Como documento de intenções ou propósitos, será sempre aberto a novos contributos, lançando apenas, inicialmente, um conjunto de medidas que após avaliação poderão sofrer reajustamentos em função das novas necessidades. Este projeto encontra-se organizado em quatro setores, que agrupam diferentes ações, nas vertentes do desenvolvimento social, agro económico, turístico e cultural. Cada



ação é apresentada com o enquadramento do projeto, com os objetivos que se pretendem atingir, a sua implementação e os agentes parceiros a envolver.

Ao nível do desenvolvimento social ações relacionadas com o banco local do voluntariado, ação pública no meio rural, população em segurança e teleassistência. Ao nível do desenvolvimento agro económico propõe-se os cogumelos na economia rural, as plantas aromáticas e medicinais, porta a porta, os pequenos frutos (mirtilo, framboesa, baga de sabugueiro e a baga de gogi), a agricultura biológica, o porco bísaro, a transformação de produtos agro alimentares, gabinete de apoio aos investidor, bolsa de terras, sabores de Chaves, feiras de produtos agrícolas.

No desenvolvimento turístico apresenta-se turismo em espaço rural, feiras temáticas, percursos pedestres.

No desenvolvimento cultural apresenta-se a itinerância cinematográfica e teatral, jogos de recreação e laser, concurso a minha terra é uma maravilha.

Como parceiros privilegiados destas ações, conta-se com todas as instituições da região disponíveis para tal. Algumas destas ações, contudo, e como é do conhecimento geral, já estão amplamente divulgadas e enraizadas no cotidiano das pessoas, sendo um bom contributo para a sua economia familiar, com reflexo na economia local e regional”.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse que este Plano vem no sentido de tentar reabilitar aquilo que durante dez anos se foi deixando perder.

“Acima de tudo e mais importante que os planos são as ações e a sua execução e por isso que devemos pugnar e é isso que devemos tentar que aconteça. Que os planos saiam do papel, que se concretizem em ações e que essas ações tenham o retorno que objetivamos e que é, certamente, um retorno nobre.

Parabéns à Autarquia por este Plano que desejamos acabe por passar à prática; não acreditamos que seja com os mesmos protagonistas, mas será com protagonistas que em relação a coisas que consideram que tenham mérito, não as vão meter na gaveta mas procurarão fazer aquilo que seja sempre no interesse dos cidadãos e do Concelho”.

ISAURA GOMES DE SOUSA do PSD – disse que tem estado atenta ao decorrer dos trabalhos e entende que, qualquer cidadão que entrasse neste local, por mais humilde que fosse se envergonharia da atitude de alguns Senhores deputados. Uma total falta de respeito a este Órgão Democrático.

“Congratulo-me com a matéria deste ponto em discussão – Plano de Ação para o Desenvolvimento dos Territórios Rurais do Concelho de Chaves. Depois de ler o documento lembrei-me de um património do Estado – as denominadas Casas da Floresta – existentes no Concelho e em particular as de Casa Novas e Redondelo, que conheço pessoalmente, onde existem espaços extraordinários que deveriam ser aproveitados. Apelo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Redondelo para se candidatar a um projeto de reabilitação destas casas, que suponho são seis, que se encontram muito degradadas, o que é uma pena. Foi reconstruída a escola de Casas Novas com muito gosto e felicito a Autarquia por isso”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às intervenções havidas.



Agradeceu ao senhor deputado António Santos a excelente intervenção que fez sobre a matéria em análise e por ter lembrado a esta Assembleia que há gestos e atitudes que ficam com os seus autores, porque quem não deve não teme.

Lembro à Senhora deputada Paula Barros que o documento em análise é a sistematização de um conjunto de ações e muitas delas já foram levadas a efeito. No PSD primeiro trabalha-se e depois escreve-se, enquanto outros primeiro escrevem e nunca chegam a executar os trabalhos. Lembro os produtores de fumeiro e as cozinhas tradicionais hoje existentes no Concelho, que esta Autarquia apoiou e que hoje superam a dúzia; no Mercado de Vidago, no Mercado de Chaves e no Mercado de gado é bem visível o apoio da Câmara Municipal aos agricultores, proporcionando-lhe as condições para comercializarem os seus produtos durante todo o ano. As condições de produção são adquiridas pelos produtores, mas as condições de comercialização são as mais importantes; hoje o nosso Mercado de gado permite aos produtores de Chaves e aos que vêm de fora, efetuar as suas transações em condições de qualidade porque é um espaço dos melhores do norte do país.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 8 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2013/2014. CONCURSO PUBLICO Nº 2/SC/2013.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que este concurso de prestação de serviços na área dos transportes escolares, em circuitos especiais, vem à Assembleia Municipal porque é desdobrado por dois anos económicos e necessita da aprovação deste Órgão.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

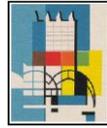
PONTO 9 – FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL CONTINENTAL, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTº 259º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, CELEBRADO ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE COMPRAR PÚBLICAS E AS ENTIDADES FORNECEDORAS SELECIONADAS.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que esta Proposta vem à Assembleia Municipal porque, de acordo com a legislação atual, têm de ser abertos concursos para a baixa tensão especial e para a média tensão.

No Município de Chaves o concurso foi aberto em 2012 e termina em 30 de maio próximo; como a despesa se estende por mais de um ano económico tem de vir a este Órgão para se pronunciar.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 10 – DISPONIBILIZAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO INDISPENSÁVEIS À CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA VIÁRIA PRIMÁRIA DO PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE. – EIXO 2 – (ENTRE A ROTUNDA 6



E A ROTUNDA 4). EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA “RODOVIA DE ACESSO PRIORITÁRIO A24/HOSPITAL – LANÇO 3”, NAS FREGUESIAS DE SANTA MARIA MAIOR E SANTA CRUZ/TRINDADE, CONCELHO DE CHAVES. EXTINÇÃO PARCIAL DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO. PARCELA Nº 9PP.

- RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE REQUERER A UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 10º DO C.E. PROPOSTA Nº. 40/GAPV/13

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que este assunto vem à Assembleia Municipal porque teve de ser retificada uma situação que resultou de um conflito entre proprietários.

De todo o terreno necessário para a execução da obra havia, segundo a medição inicial, trezentos e vinte metros quadrados, que passaram para duzentos e setenta e que, a dada altura, foram reivindicados por dois proprietários. Perante essa situação o Município tem de independentizar esse espaço para poder elaborar o respetivo processo de expropriação e registá-lo. A Autarquia deposita o valor à ordem do Tribunal que decidirá a quem pertence.

O que está em causa é a área que se alterou e a titularidade do terreno que é disputada por dois proprietários.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 11 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS E RESPECTIVA TABELA DE TAXAS EM VIGOR NO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA Nº. 36/GAPV/13.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que esta Proposta tem de obter a pronúncia da Assembleia Municipal porque no próximo dia 2 de maio entra em vigor, em todos os Municípios do País, o licenciamento zero.

A Câmara de Chaves já tinha aprovado aqui as respetivas taxas, já foram comunicadas à AMA e está tudo em ordem, com exceção das comunicações prévias. Não havia indicação de valores para as comunicações prévias e, como sabem isso vai alterar os licenciamentos de determinadas obras.

Até agora entrava o projeto, era analisado pelos técnicos respetivos e seguia o seu curso normal. A partir de agora a pessoa pode fazer a comunicação prévia e é fiscalizado posteriormente. Há mais responsabilidade para as pessoas, mas é assim que vai passar a funcionar. A Autarquia tinha taxas aprovadas para todos os serviços, com exceção da comunicação prévia que, de acordo com a lei, é necessário.

Se não aprovarmos nem comunicarmos à AMA até ao dia 2 de Maio, a partir dessa data não podemos cobrar taxas sobre esses serviços e se houver uma Autarquia a não comunicar, nenhuma das outras poderá receber também as taxas inerentes à prestação desses serviços.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



**PONTO 12 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES
- INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE.**

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA informou que os partidos representados nesta Assembleia indicaram para fazer parte da nova Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves os seguintes deputados:

Pelo PSD - Márcia Cristina de Jesus Teixeira
- Maria Antónia C. Chaves Esteves

Pelo PS - Anselmo José Martins

Pela CDU - Rui Jorge da Silva Oliveira.

SUPLENTE:

Pelo PSD - António José dos Santos
- José Joaquim Alves de Lima

Pelo PS - Nuno André Coelho Chaves

Pela CDU - Raul Miguel Matos Cunha

O Senhor Presidente da Mesa, depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

O 1º. Secretário, _____

O 2º. Secretário _____

A Funcionária _____